

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	13.539.647	13.097.413
1.01	Ativo Circulante	2.841.712	2.852.767
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179.333	96.665
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179.333	96.665
1.01.02	Aplicações Financeiras	100.653	97.925
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	100.653	97.925
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	100.653	97.925
1.01.03	Contas a Receber	1.791.046	1.857.635
1.01.03.01	Clientes	1.791.046	1.857.635
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.683.271	2.669.184
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-892.225	-811.549
1.01.06	Tributos a Recuperar	417.028	562.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	417.028	562.276
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	31.443	23.991
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	385.585	538.285
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	353.652	238.266
1.01.08.03	Outros	353.652	238.266
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	61.276	61.164
1.01.08.03.03	Outros créditos	122.451	110.207
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	135.548	37.911
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	0	28.984
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	34.377	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.697.935	10.244.646
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.430.614	7.879.420
1.02.01.04	Contas a Receber	228.522	212.609
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	228.522	212.609
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.202.092	7.666.811
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	54.465	51.220
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	20.723	19.715
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	10.942	12.755
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	6.626.605	6.113.012
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	105.495	112.608
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	65.951	84.843
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.317.911	1.272.658
1.02.03	Imobilizado	116.125	88.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	68.939	56.688
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	24.024	23.855
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	44.915	32.833
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	47.186	31.530
1.02.04	Intangível	2.151.196	2.277.008
1.02.04.01	Intangíveis	2.151.196	2.277.008
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.871.838	1.983.250
1.02.04.01.02	Software	279.254	293.654
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	104	104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	13.539.647	13.097.413
2.01	Passivo Circulante	5.389.479	5.112.763
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.033	42.973
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.033	42.973
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	51.033	42.973
2.01.02	Fornecedores	1.114.031	1.268.390
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.114.031	1.268.390
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	869.146	1.059.176
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	15.126	17.687
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	229.759	191.527
2.01.03	Obrigações Fiscais	182.061	194.164
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.135	43.865
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	40.135	43.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	137.616	146.494
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	137.616	146.494
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.310	3.805
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	4.310	3.805
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.262.202	2.756.001
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.630.492	844.378
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.038.841	477.715
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	591.651	366.663
2.01.04.02	Debêntures	631.710	1.911.623
2.01.04.02.01	Debêntures	631.710	1.911.623
2.01.05	Outras Obrigações	779.036	850.119
2.01.05.02	Outros	779.036	850.119
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	232.919	350.209
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	93.296	93.296
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	18.125	91.629
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	876	876
2.01.05.02.10	Outras obrigações	234.835	222.543
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	72.037	84.296
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	12.387	7.270
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	114.561	0
2.01.06	Provisões	1.116	1.116
2.01.06.02	Outras Provisões	1.116	1.116
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.116	1.116
2.02	Passivo Não Circulante	3.173.261	3.793.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.137.042	3.099.480
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	522.416	1.268.800
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	141.316	664.928
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	381.100	603.872
2.02.01.02	Debêntures	1.614.626	1.830.680
2.02.01.02.01	Debêntures	1.614.626	1.830.680
2.02.02	Outras Obrigações	667.102	407.946
2.02.02.02	Outros	667.102	407.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	133	1.349
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	106.436	110.146
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	79.418	57.300
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	372.132	109.098
2.02.02.02.08	Outras obrigações	31	952
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	38.538
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	73.301	60.759
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	35.651	29.804
2.02.03	Tributos Diferidos	85.986	37.212
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85.986	37.212
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos	85.986	37.212
2.02.04	Provisões	283.131	248.865
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	283.131	248.865
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	56.249	45.095
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	191.392	168.732
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	35.490	35.038
2.03	Patrimônio Líquido	4.976.907	4.191.147
2.03.01	Capital Social Realizado	1.968.927	1.282.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.388.347	1.282.347
2.03.01.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	580.580	0
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.450.409	2.556.409
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.062.774	1.062.774
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.338.790	1.444.790
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	194.421	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.479	-6.280
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	4.479	-6.280

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.873.975	3.808.255	2.142.706	4.371.713
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.468.744	-2.951.690	-1.724.647	-3.553.694
3.03	Resultado Bruto	405.231	856.565	418.059	818.019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-107.487	-183.334	-109.712	-199.470
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.646	-6.837	-5.286	-6.650
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.899	-106.098	-68.931	-118.635
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-53.256	-110.989	-52.172	-107.673
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.314	40.590	16.677	33.488
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	297.744	673.231	308.347	618.549
3.06	Resultado Financeiro	-195.292	-394.692	-202.712	-392.851
3.06.01	Receitas Financeiras	57.682	137.782	126.109	272.475
3.06.02	Despesas Financeiras	-252.974	-532.474	-328.821	-665.326
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.452	278.539	105.635	225.698
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.109	-84.118	-36.020	-76.966
3.08.01	Corrente	-18.621	-39.073	-1.980	-1.980
3.08.02	Diferido	-16.488	-45.045	-34.040	-74.986
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.343	194.421	69.615	148.732
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.343	194.421	69.615	148.732
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,865	2,4972	0,89416	1,91036
3.99.01.02	PNA	0,9169	2,647	0,94778	2,02498
3.99.01.03	PNB	0,9515	2,7469	0,98359	2,10139
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,865	2,4972	0,89416	1,91036
3.99.02.02	PNA	0,9169	2,647	0,94778	2,02498
3.99.02.03	PNB	0,9515	2,7469	0,98359	2,10139

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	67.343	194.421	69.615	148.732
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.153	10.759	902	-9.808
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	5.828	5.828	-2.927	-2.927
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-1.981	-1.981	995	995
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	6.524	10.472	4.294	-11.934
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-2.218	-3.560	-1.460	4.058
4.03	Resultado Abrangente do Período	75.496	205.180	70.517	138.924

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	710.301	235.357
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	924.470	750.195
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	194.420	148.732
6.01.01.02	Marcação a mercado de dívida	-3.471	-14.184
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	97.335	96.051
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	308.505	262.116
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	414.616	206.920
6.01.01.06	Valor Residual de Intangível e Imobilizado	2.616	15
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	46.858	76.967
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros	46.511	33.229
6.01.01.09	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-42.480	195.121
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	5.843	4.842
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	13.654	11.622
6.01.01.13	Marcação a mercado ativo indenizável	-162.631	-265.482
6.01.01.17	Ativos e passivos financeiros setoriais	2.694	-5.754
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	175.120	-310.917
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-60.312	-204.498
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-97.637	-10.820
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	159.813	223.609
6.01.02.06	Outros passivos	11.372	11.723
6.01.02.07	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	-104.748	-114.375
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-3.245	-1.890
6.01.02.09	Outros Ativos	-12.356	8.681
6.01.02.10	Fornecedores	-154.359	-38.666
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	8.060	-7.900
6.01.02.12	Outras obrigações Fiscais	-13.319	-2.799
6.01.02.13	Taxas regulamentares	7.274	40.302
6.01.02.16	Ativos Financeiros Setoriais	26.290	35.776
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-7.452	-90.211
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social a pagar	38.144	0
6.01.02.20	Passivos financeiros setoriais	377.595	-159.849
6.01.03	Outros	-389.289	-203.921
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-39.956	0
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-252.333	-147.509
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-33.558	-37.226
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-56.630	-12.281
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-3.088	-2.438
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-3.724	-4.467
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-593.506	-762.494
6.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	-589.770	-770.424
6.02.02	Cauções de depósitos	-1.008	13.374
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-2.728	-5.444
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.127	1.002.822

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.613.756	-1.681.366
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	580.580	0
6.03.06	Captação de empréstimos e Financiamentos	1.025.692	2.990.976
6.03.07	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	-17.947	-132.654
6.03.08	Pagamento de dividendos	0	-167.456
6.03.09	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-8.696	-6.678
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.668	475.685
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.665	182.558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	179.333	658.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.282.347	358.671	2.556.409	0	-6.280	4.191.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	106.000	580.580	-106.000	0	0	580.580
5.04.01	Aumentos de Capital	106.000	0	-106.000	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	580.580	0	0	0	580.580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.421	10.759	205.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.421	0	194.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.759	10.759
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.472	10.472
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.560	-3.560
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	5.828	5.828
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-1.981	-1.981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.388.347	939.251	2.450.409	194.421	4.479	4.976.907

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.732	-9.808	138.924
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.732	0	148.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.808	-9.808
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.934	-11.934
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.058	4.058
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.927	-2.927
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	995	995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.282.347	358.671	2.329.721	148.732	-23.645	4.095.826

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	5.386.686	5.861.871
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.871.408	5.166.515
7.01.02	Outras Receitas	41.012	34.169
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	571.601	757.238
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-97.335	-96.051
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.820.577	-3.527.148
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.699.604	-3.436.210
7.02.04	Outros	-120.973	-90.938
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-120.973	-90.938
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.566.109	2.334.723
7.04	Retenções	-308.504	-262.117
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-308.504	-262.117
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.257.605	2.072.606
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	138.152	117.851
7.06.02	Receitas Financeiras	138.152	117.851
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.395.757	2.190.457
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.395.757	2.190.457
7.08.01	Pessoal	133.985	119.776
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.670	74.330
7.08.01.02	Benefícios	25.626	19.828
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.205	4.685
7.08.01.04	Outros	16.484	20.933
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.430	6.001
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	4.308	4.370
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	5.746	10.562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.525.107	1.412.520
7.08.02.01	Federais	671.141	640.300
7.08.02.02	Estaduais	848.109	767.871
7.08.02.03	Municipais	5.857	4.349
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	542.244	509.429
7.08.03.01	Juros	114.306	93.498
7.08.03.02	Aluguéis	9.770	9.748
7.08.03.03	Outras	418.168	406.183
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	418.168	406.183
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.421	148.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	194.421	148.732

Divulgação de Resultados**Comentário de Desempenho**

Fortaleza, 24 de julho de 2024 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do segundo trimestre de 2024 (“2T24”) e do primeiro semestre (“1S24”, “6M24”).

1

DESTAQUES**DESTAQUES DO PERÍODO**

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	2.677.034	2.963.461	-9,7%	2.765.975	-3,2%	5.443.009	5.923.753	-8,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.873.975	2.142.706	-12,5%	1.934.280	-3,1%	3.808.255	4.371.713	-12,9%
EBITDA (2) (R\$ mil)	443.123	433.617	2,2%	522.129	-15,1%	965.252	864.792	11,6%
Margem EBITDA (%)	23,65%	20,24%	3,41 p.p	26,99%	-3,34 p.p	25,35%	19,78%	5,57 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	28,08%	23,84%	4,24 p.p	31,48%	-3,40 p.p	29,82%	23,93%	5,89 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	297.742	308.347	-3,4%	375.487	-20,7%	673.229	618.549	8,8%
Margem EBIT (%)	15,89%	14,39%	1,50 p.p	19,41%	-3,52 p.p	17,68%	14,15%	3,53 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	67.343	69.616	-3,3%	127.078	-47,0%	194.421	148.733	30,7%
Margem Líquida	3,59%	3,25%	0,34 p.p	6,57%	-2,98 p.p	5,11%	3,40%	1,71 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,27%	3,83%	0,44 p.p	7,66%	-3,39 p.p	6,01%	4,11%	1,90 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.383	3.236	4,5%	3.393	-0,3%	6.775	6.327	7,1%
CAPEX (R\$ mil)*	371.314	428.628	-13,4%	328.106	13,2%	699.420	919.053	-23,9%
DEC (12 meses)*	10,37	9,42	10,1%	10,12	2,5%	10,37	9,42	10,1%
FEC (12 meses)*	3,95	4,04	-2,2%	3,97	-0,5%	3,95	4,04	-2,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,40%	98,45%	-0,05 p.p	97,62%	0,78 p.p	98,40%	98,45%	-0,05 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	17,73%	16,38%	1,35 p.p	17,33%	0,40 p.p	17,73%	16,38%	1,35 p.p
PMSO (4) / Consumidor*	82,30	82,43	-0,2%	73,45	12,0%	155,63	163,55	-4,8%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2

PERFIL CORPORATIVO**Área de Concessão**

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 8,8 milhões de habitantes*.

DADOS GERAIS**

	2T24	2T23	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	158.134	156.064	1,3%
Linhas de Transmissão (Km)	5.607	5.605	0,0%
Subestações (Unid.)	127	126	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	13.489	12.770	5,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	4,73%	4,82%	-0,09 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,46%	2,48%	-0,02 p.p

(1) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

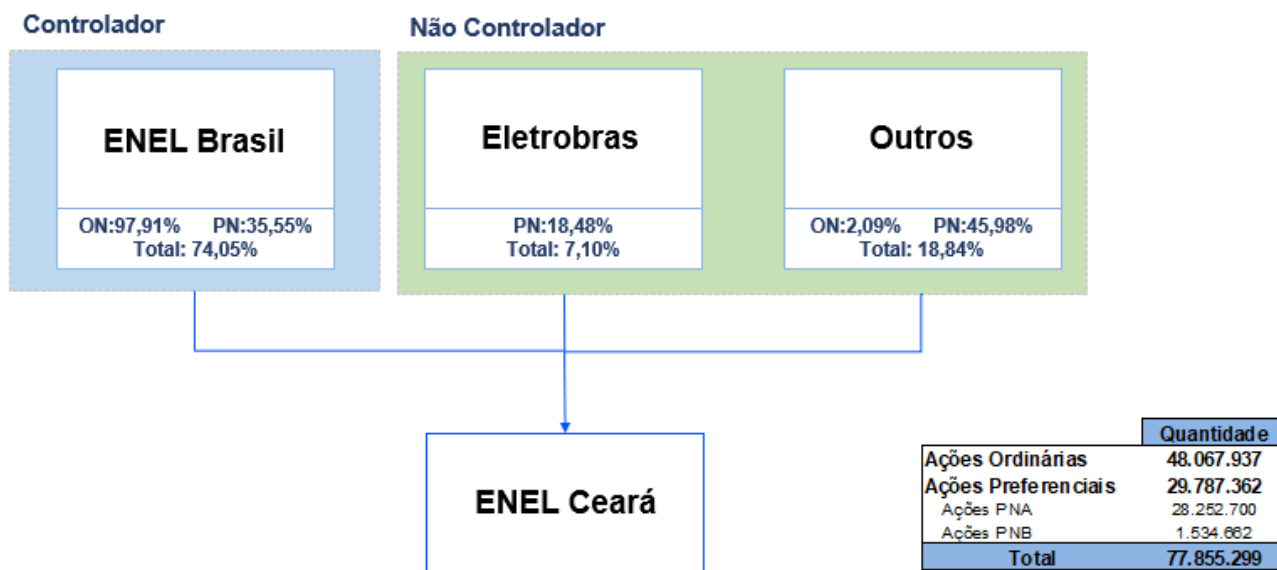


* Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

** Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T24.

Divulgação de Resultados**Comentário de Desempenho****Organograma Societário Simplificado**

Posição em 30 de junho de 2024

**DESEMPENHO OPERACIONAL****Mercado de Energia****NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)***

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.268.400	4.253.995	0,3%	4.261.952	0,2%	4.268.400	4.253.995	0,3%
Residencial - Convencional	2.202.639	2.187.177	0,7%	2.157.657	2,1%	2.202.639	2.187.177	0,7%
Residencial - Baixa Renda	1.419.411	1.300.061	9,2%	1.444.072	-1,7%	1.419.411	1.300.061	9,2%
Industrial	5.690	5.742	-0,9%	5.744	-0,9%	5.690	5.742	-0,9%
Comercial	183.355	182.341	0,6%	183.045	0,2%	183.355	182.341	0,6%
Rural	403.829	527.780	-23,5%	418.720	-3,6%	403.829	527.780	-23,5%
Setor Público	53.476	50.894	5,1%	52.714	1,4%	53.476	50.894	5,1%
Clientes Livres	1.154	804	43,5%	1.040	11,0%	1.154	804	43,5%
Industrial	318	219	45,2%	283	12,4%	318	219	45,2%
Comercial	800	555	44,1%	721	11,0%	800	555	44,1%
Rural	25	20	25,0%	25	-	25	20	25,0%
Setor Público	11	10	10,0%	11	-	11	10	10,0%
Revenda	-	2	-100,0%	-	-	-	2	-100,0%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.269.554	4.254.801	0,3%	4.262.992	0,2%	4.269.554	4.254.801	0,3%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

A Companhia encerrou o 2T24 com uma ligeira alta de 0,3% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no 2T23. A alta observada no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrada na classe residencial baixa renda.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um forte aumento de 43,5% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)***

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.539	2.480	2,4%	2.625	-3,3%	5.164	4.889	5,6%
Clientes Livres	833	738	12,9%	759	9,7%	1.592	1.412	12,7%
Revenda	3	3	-	4	-25,0%	7	6	16,7%
Consumo Próprio	7	15	-53,3%	6	16,7%	13	19	-31,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.383	3.236	4,5%	3.393	-0,3%	6.775	6.327	7,1%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T24.

Divulgação de Resultados**Comentário de Desempenho****Mercado Cativo****VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)***

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Residencial - Convencional	921	913	0,9%	924	-0,3%	1.845	1.817	1,5%
Residencial - Baixa Renda	548	433	26,6%	561	-2,3%	1.109	812	36,6%
Industrial	88	110	-20,0%	95	-7,4%	183	219	-16,4%
Comercial	357	366	-2,5%	361	-1,1%	719	721	-0,3%
Rural	230	259	-11,2%	282	-18,4%	511	546	-6,4%
Setor Público	395	398	-0,8%	401	-1,5%	796	775	2,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.539	2.480	2,4%	2.625	-3,3%	5.164	4.889	5,6%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

O mercado cativo totalizou 2.539 GWh no 2T24, aumento de 2,4% frente ao volume registrado no 2T23 (2.480 GWh), reflexo do aumento nas temperaturas, apesar do alto volume de chuvas do período. Na análise do acumulado do ano, o incremento foi de 5,6% em comparação ao 6M23, também justificado pelas condições climáticas abordadas acima e aumento no consumo em decorrência das altas temperaturas.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou no 2T24 uma alta de 26,6% se comparado ao mesmo período de 2023 explicados pelo crescimento orgânico de consumidores e intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda. A classe Residencial Convencional também apresentou um pequeno aumento de 0,9% vis-à-vis o 2T23. No 6M24 o efeito foi mais forte na classe Residencial Baixa Renda, houve um incremento de 36,6% vis-à-vis 6M23 devido aos fatores já mencionados.

A classe industrial apresentou redução de 20,0% no 2T24 em comparação ao 2T23, explicada pelo aumento da migração desta classe para o mercado livre potencializado pela abertura aos clientes do grupo A, a partir de janeiro de 2024. A exemplo dos motivos que levaram a uma queda significativa das vendas do trimestre, no 6M24 a queda de 16,4% se deu pela migração ao mercado livre.

Na classe comercial, o 2T24 apresentou uma queda de 2,5% comparado ao mesmo período do ano anterior, explicada pelo aumento da migração desta classe para o mercado livre potencializado pela abertura aos clientes do grupo A. Já no 6M24 a queda foi de apenas -0,3% quando comparado 6M23.

O Setor Público registrou ligeira queda de 0,8% no 2T24 frente ao mesmo período do ano anterior.

Já a classe Rural registrou uma queda de 11,2% no 2T24 vis-à-vis o 2T23, atribuído parcialmente ao aumento no volume de chuvas em comparação ao ano anterior. No acumulado de 6M24 o consumo também reduziu frente o mesmo período do ano anterior em decorrência do mesmo motivo.

Clientes Livres**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)***

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Industrial	527	484	8,9%	461	14,3%	987	917	7,6%
Comercial	270	221	22,2%	261	3,4%	531	431	23,2%
Rural	8	6	33,3%	8	-	16	11	45,5%
Setor Público	29	27	7,4%	29	-	58	54	7,4%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	833	738	12,9%	759	9,7%	1.592	1.412	12,7%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

O aumento no volume de energia aos clientes livres no período, é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado, que foi impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do grupo A, a partir de janeiro de 2024 e um aquecimento econômico registrado principalmente da classe comercial.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T24.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	0	671	-100,0%	0	-	0	1.334	-100,0%
Angra 1 e 2	104	103	1,0%	104	-	207	205	1,0%
PROINFA	57	55	3,6%	55	3,6%	112	109	2,8%
Leilões e Quotas	2.729	2.152	26,8%	2.739	-0,4%	5.468	4.333	26,2%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.044	3.182	-4,3%	3.053	-0,3%	6.098	6.389	-4,6%
Liquidação na CCEE	283	(29)	<-100,0%	375	-24,5%	659	(151)	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.328	3.153	5,6%	3.429	-2,9%	6.756	6.238	8,3%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

Balanco de Energia*

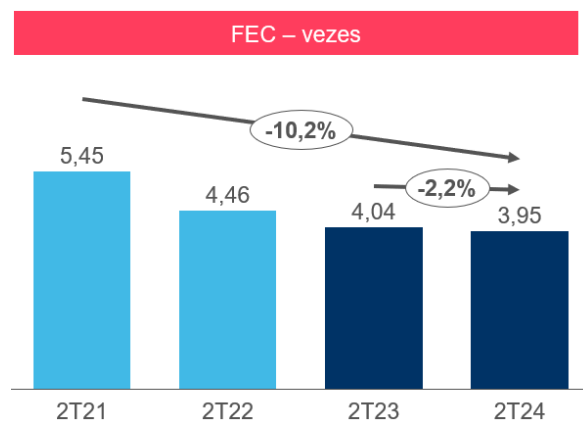
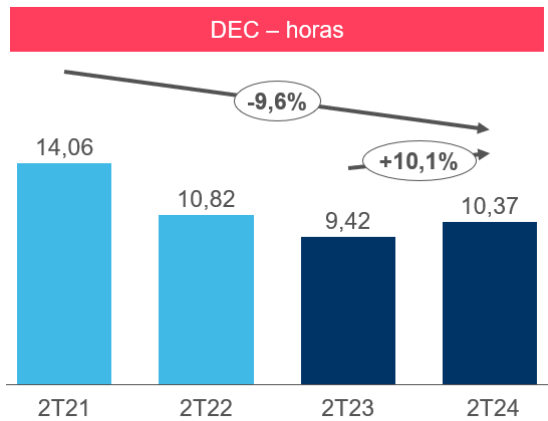
BALANÇO DE ENERGIA*

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	4.355	4.002	8,8%	4.405	-1,1%	8.760	7.901	10,9%
Energia distribuída (GWh)	3.597	3.374	6,6%	3.626	-0,8%	7.223	6.602	9,4%
Mercado Cativo	2.760	2.633	4,8%	2.864	-3,6%	5.624	5.183	8,5%
Mercado Livre	837	741	13,0%	762	9,8%	1.599	1.419	12,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	759	627	21,1%	779	-2,6%	1.537	1.299	18,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,42%	15,68%	1,74 p.p	17,68%	-0,26 p.p	17,55%	16,44%	1,11 p.p

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No 2T24 o DEC apresentou uma alta de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando ligeiramente acima do limite regulatório que é de 9,84. Esse aumento é atribuído a maior severidade nos eventos climáticos neste início de ano se comparado ao período de chuvas mais amenas em 2023. Já o FEC apresentou uma redução no 2T24, ficando 2,2% abaixo do mesmo período do ano anterior.

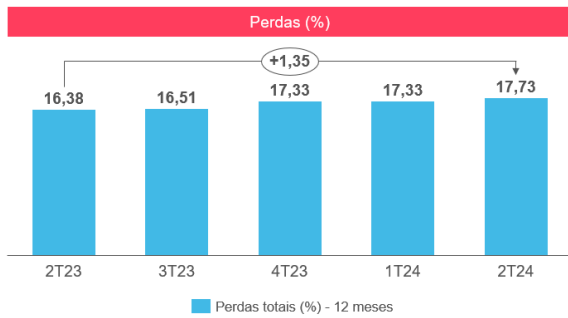
* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T24.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



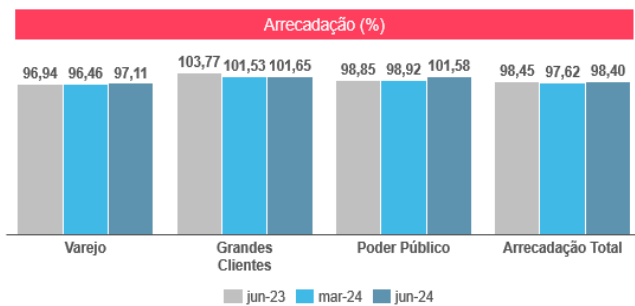
Disciplina de Mercado – Perdas ^{(3) (4)}



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 17,73% no 2T24, um aumento de 1,35 p.p. em relação às perdas registradas em 2T23, de 16,38%. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, decorrente das altas temperaturas, acarretando, principalmente, em maiores níveis de perdas técnicas. Contudo, o plano de combate às perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de

clientes cortados/autoreligados ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial), além do mapeamento e conexão consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 80 GWh de energia no segundo trimestre de 2024.

Arrecadação³



Em relação ao indicador de arrecadação, o total apurado no 2T24 ficou acima do percentual registrado no 1T24 e praticamente estável se comparado ao mesmo período do ano anterior.

A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplemento.

³ Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 2T24

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.063.722	2.006.179	2,9%	2.122.605	-2,8%	4.186.327	3.948.777	6,0%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(20.544)	(14.154)	45,1%	(16.743)	22,7%	(37.287)	(27.149)	37,3%
Subvenção baixa renda	127.144	100.743	26,2%	127.708	-0,4%	254.852	192.185	32,6%
Subvenção de recursos da CDE	67.554	34.701	94,7%	92.945	-27,3%	160.499	104.899	53,0%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.237.876	2.127.469	5,2%	2.326.515	-3,8%	4.564.391	4.218.712	8,2%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(122.602)	177.983	<-100,0%	(110.764)	10,7%	(233.366)	320.803	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	153.025	127.902	19,6%	137.545	11,3%	290.570	250.144	16,2%
Receita de construção	296.112	323.919	-8,6%	275.489	7,5%	571.601	757.238	-24,5%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	69.370	149.932	-53,7%	93.261	-25,6%	162.631	265.482	-38,7%
Outras receitas	43.253	56.256	-23,1%	43.929	-1,5%	87.182	111.374	-21,7%
Total - Receita Operacional Bruta	2.677.034	2.963.461	-9,7%	2.765.975	-3,2%	5.443.009	5.923.753	-8,1%
ICMS	(421.633)	(396.405)	6,4%	(425.642)	-0,9%	(847.275)	(767.871)	10,3%
COFINS - corrente	(147.008)	(181.135)	-18,8%	(153.355)	-4,1%	(300.363)	(339.232)	-11,5%
PIS - corrente	(31.916)	(39.325)	-18,8%	(33.294)	-4,1%	(65.210)	(73.649)	-11,5%
ISS	(1.657)	(1.689)	-1,9%	(1.770)	-6,4%	(3.427)	(3.374)	1,6%
Total - Tributos	(602.214)	(618.554)	-2,6%	(614.061)	-1,9%	(1.216.275)	(1.184.126)	2,7%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(14.960)	(16.446)	-9,0%	(15.426)	-3,0%	(30.386)	(33.012)	-8,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(183.783)	(183.566)	0,1%	(199.693)	-8,0%	(383.476)	(330.332)	16,1%
Encargos do consumidor - CCRBT	573	434	32,0%	109	>100,0%	682	744	-8,3%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.675)	(2.623)	2,0%	(2.624)	1,9%	(5.299)	(5.314)	-0,3%
Total - Encargos Setoriais	(200.845)	(202.201)	-0,7%	(217.634)	-7,7%	(418.479)	(367.914)	13,7%
Total - Deduções da Receita	(803.059)	(820.755)	-2,2%	(831.695)	-3,4%	(1.634.754)	(1.552.040)	5,3%
Total - Receita Operacional Líquida	1.873.975	2.142.706	-12,5%	1.934.280	-3,1%	3.808.255	4.371.713	-12,9%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou uma queda de 12,5% no 2T24 vis-à-vis o 2T23. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 2T24, atingiu o montante de R\$ 1.577,9 milhões, queda de R\$ 240,9 milhões em relação ao 2T23, cujo montante foi de R\$ 1.818,8 milhões. A redução da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Queda dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 300,6 milhões relacionado principalmente a maior cobertura tarifária em comparação ao custo de energia efetivamente incorrido no 2T24 vs. 2T23, além do aumento do volume de energia comprado no mercado curto prazo a um PLD inferior ao custo médio dos contratos da Companhia.
- Queda na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 80,6 milhões, devido a redução pelo efeito positivo não recorrente da revisão tarifária em 2023 compensado parcialmente pelo aumento da inflação no período de comparação

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Incremento de R\$ 57,5 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 2T23, devido a um maior consumo registrado no período e maiores temperaturas.
- Aumento de R\$ 32,9 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE no 2T24 frente ao mesmo período de 2023 devido ao aumento das cotas mensais de acordo com as resoluções homologatórias de subsídio CDE, bem como também o menor descasamento entre os valores recebidos versus faturados no novo ciclo tarifário.
- Aumento de R\$ 26,4 milhões na rubrica subvenção baixa renda no 2T24 frente ao mesmo período de 2023.
- Aumento de R\$ 25,1 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo e migração nesta classe;

No acumulado dos seis primeiros meses do ano, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou uma queda de 12,9% em relação ao 6M23. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 6M23, atingiu o montante de R\$ 3.236,7 milhões, redução de R\$ 377,8 milhões em relação ao 6M22, cujo montante foi de R\$ 3.614,5 milhões. A queda da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Queda de R\$ 554,2 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionada principalmente a maior cobertura tarifária em comparação ao custo de energia efetivamente incorrido no 6M24 vs. 6M23, além do aumento do volume de energia comprado no mercado curto prazo a um PLD inferior ao custo médio dos contratos da Companhia.
- Declínio na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 102,9 milhões devido a redução pelo efeito positivo não recorrente da revisão tarifária em 2023 compensado parcialmente pelo aumento da inflação no período de comparação;
- Queda na rubrica outras receitas no valor de R\$ 24,2 milhões;

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Incremento de R\$ 237 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 6M23, devido a um maior consumo registrado no período tendo em vista o aumento nas temperaturas.
- Aumento de R\$ 40,4 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento da migração dos clientes cativos para essa classe;
- Aumento de R\$ 32,1 milhões no total de tributos no 6M24 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica (redução de R\$ 79,4 milhões);
- Aumento de R\$ 55,6 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE no 6M24 frente ao mesmo período de 2023 devido a variação relacionada ao aumento das cotas mensais de acordo com as resoluções homologatórias de subsídio CDE, bem como também o maior descasamento entre os valores recebidos versus faturados no novo ciclo tarifário.
- Aumento de R\$ 62,7 milhões na rubrica subvenção baixa renda no 6M24 frente ao mesmo período de 2023.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(580.317)	(847.542)	-31,5%	(616.754)	-5,9%	(1.197.071)	(1.668.279)	-28,2%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(219.032)	(205.403)	6,6%	(224.895)	-2,6%	(443.927)	(413.387)	7,4%
Total - Não gerenciáveis	(799.349)	(1.052.945)	-24,1%	(841.649)	-5,0%	(1.640.998)	(2.081.666)	-21,2%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(50.566)	(51.739)	-2,3%	(29.775)	69,8%	(80.341)	(93.151)	-13,8%
Material e Serviços de Terceiros	(174.754)	(205.714)	-15,1%	(184.977)	-5,5%	(359.731)	(411.323)	-12,5%
Depreciação e Amortização	(145.381)	(125.270)	16,1%	(146.642)	-0,9%	(292.023)	(246.243)	18,6%
Custo na desativação de bens	(1.920)	2.350	<-100,0%	(1.233)	55,7%	(3.153)	(5.047)	-37,5%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.210)	(45.982)	-1,7%	(52.125)	-13,3%	(97.335)	(96.051)	1,3%
Custo de Construção	(296.112)	(323.919)	-8,6%	(275.489)	7,5%	(571.601)	(757.238)	-24,5%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(33.475)	(24.651)	35,8%	(13.036)	>100,0%	(46.511)	(33.229)	40,0%
Perda de recebíveis de clientes	(8.046)	(6.190)	30,0%	(5.608)	43,5%	(13.654)	(11.622)	17,5%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	17.917	16.159	10,9%	19.321	-7,3%	37.238	32.912	13,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(39.337)	(16.458)	>100,0%	(27.580)	42,6%	(66.917)	(50.506)	32,5%
Total - Gerenciáveis	(776.884)	(781.414)	-0,6%	(717.144)	8,3%	(1.494.028)	(1.671.498)	-10,6%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.576.233)	(1.834.359)	-14,1%	(1.558.793)	1,1%	(3.135.026)	(3.753.164)	-16,5%

(1) Variação entre 2T24 e 1T24

Os custos e despesas operacionais no 2T24 em relação ao 2T23 apresentaram uma queda de 14,1% ou R\$ 258,1 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1.280,1 milhões, queda de 15,2% ou R\$ 230,3 milhões vis-à-vis o mesmo período no ano anterior, de R\$ 1.510,4 milhões.

- As despesas gerenciáveis ficaram estáveis no trimestre. Excluindo o efeito do custo de construção houve um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 23,3 milhões, explicado parcialmente pelo:

(i) aumento de R\$ 20,1 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; (ii) aumento de R\$ 8,8 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas decorrente de um volume maior de ações cíveis no período; (iii) aumento de R\$22,9 milhões na rubrica de Outras Receitas Despesas Operacionais parcialmente afetada pelo aumento nas penalidade por variação de tensão e violações de prazos e multas por devolução em dobro.

Compensado parcialmente por

queda de R\$ 30,9 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude do projeto *insourcing* que visa reduzir o efetivo de colaboradores terceirizados aumentando a contratação de colaboradores próprios.

- Já as despesas não-gerenciáveis apresentaram uma queda de 24,1%, equivalente a R\$253,6 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é explicada, principalmente, pelo fim do contato com a CGTF (Cia. Ger. Térmica Fortaleza), cujo custo de contrato era maior que a média de custos dos demais contratos. Esse contrato esteve vigente por 20 anos, e com a venda da Cia, encerrou em dezembro de 2023.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram uma queda de 16,5% em comparação ao 6M23. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no 6M24 alcançaram o montante de R\$ 2.563,4 milhões, redução de 12,5% ou R\$ 432,5 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 2.995,9 milhões.

- As despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 177,5 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, houve um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 8,2 milhões). Esse incremento é explicado principalmente pelo:

(i) aumento de R\$ 13,3 milhões na linha de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhista decorrente de um volume maior de ações no período, principalmente devido ao aumento das ações cíveis; (ii) aumento de R\$ 16,4 milhões na linha de outras despesas / receitas operacionais parcialmente afetada pelo aumento nas penalidades por variação de tensão e violações de prazos e multas por devolução

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



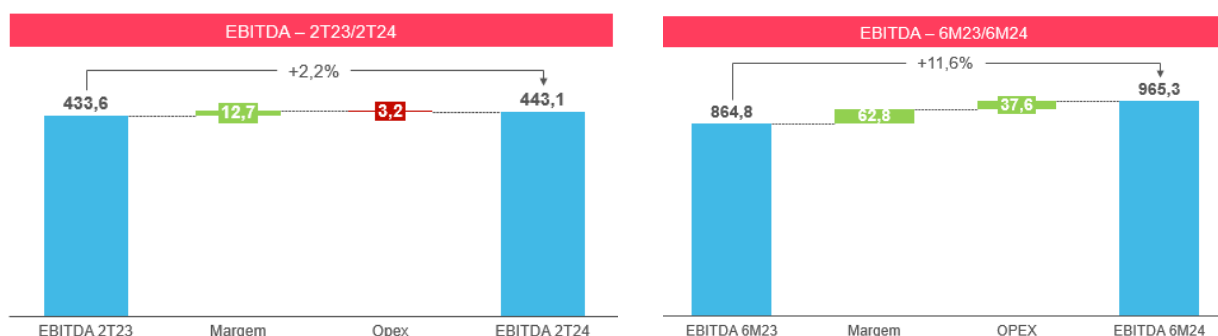
em dobro. (iii) Aumento de R\$ 45,8 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária

Compensado parcialmente por

(i) redução de R\$ 12,8 milhões na despesa de pessoal em função de pedido de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado referente aos créditos de INSS, incidindo sobre verbas de caráter não salarial; (ii) queda de R\$ 51,6 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude do projeto *insourcing* que visa reduzir o efetivo de colaboradores terceirizados aumentando a contratação de colaboradores próprios

- No 6M24 houve uma queda nos custos e despesas não-gerenciáveis de R\$ 440,7 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse declínio robusto de 21,2%, está diretamente relacionado ao fim do contrato com a CGTF (Cia. Ger. Térmica Fortaleza), cujo custo de contrato era maior que a média de custos dos demais contratos. Esse contrato esteve vigente por 20 anos, e com a venda da Cia, encerrou em dezembro de 2023

EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no 2T24 atingiu o montante de R\$ 443,1 milhões, 2,2% acima do registrado no mesmo período do ano anterior, o que representa uma alta de R\$9,5 milhões. A margem EBITDA da Companhia no 2T24 foi de 23,6%, um aumento de 3,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 28,1%, o que representa uma alta de 4,2 p.p. em relação ao 2T23.

Seguindo na mesma linha, o EBITDA da Enel Ceará no 6M23 atingiu o montante de R\$ 965,3 milhões, o que representa um incremento de R\$ 100,5 milhões em relação ao 6M23. A margem EBITDA da Companhia em 2023 foi de 25,3%, uma alta de 5,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2023. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no semestre foi de 29,8%, representa uma alta de 5,9 p.p. vis-à-vis o 6M23.

Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho



Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	4.686	6.455	-27,4%	2.620	78,9%	7.306	19.429	-62,4%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	14.962	16.479	-9,2%	14.371	4,1%	29.333	33.774	-13,1%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	12.449	(2.245)	<-100,0%	26.154	-52,4%	38.603	41.043	-5,9%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(27.470)	1.191	<-100,0%	31.665	<-100,0%	4.195	9.229	-54,5%
Dívida - Marcação a mercado	54.168	7.289	>100,0%	3.150	>100,0%	57.318	14.184	>100,0%
Outras receitas financeiras	966	1.705	-43,3%	4.711	-79,5%	5.677	4.860	16,8%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.712)	(1.115)	53,5%	(2.568)	-33,3%	(4.280)	(4.668)	-8,3%
Total - Receitas Financeiras	58.049	29.759	95,1%	80.103	-27,5%	138.152	117.851	17,2%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(10.395)	(22.729)	-54,3%	(32.129)	-67,6%	(42.524)	(61.379)	-30,7%
Encargos de Dívidas e debêntures	(135.907)	(111.048)	22,4%	(131.481)	3,4%	(267.388)	(210.497)	27,0%
Marcação a mercado de Dívida	-	(7.520)	-100,0%	-	-	-	(13.167)	-100,0%
Encargos fundo de pensão	(2.614)	(2.138)	-22,3%	(2.615)	-0,0%	(5.229)	(4.276)	22,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(8.410)	(5.810)	44,8%	(27.499)	-69,4%	(35.909)	(46.797)	-23,3%
Atualização de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11.134)	(25.606)	-56,5%	(10.179)	9,4%	(21.313)	(38.886)	-45,2%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(39.276)	(43.879)	-10,5%	(45.389)	-13,5%	(84.665)	(95.674)	-11,5%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(39.281)	(2.547)	>100,0%	(4.214)	>100,0%	(43.495)	(11.156)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(5.956)	(12.232)	-51,3%	(25.994)	-77,1%	(31.950)	(29.883)	6,9%
Total - Despesas Financeiras	(252.973)	(233.509)	8,3%	(279.500)	-9,5%	(532.473)	(511.715)	4,1%
Variações Cambiais	(366)	1.039	<-100,0%	(3)	>100,0%	(369)	1.014	<-100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	(94.108)	80.904	<-100,0%	(28.865)	>100,0%	(122.973)	109.084	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	94.106	(79.601)	<-100,0%	28.845	>100,0%	122.951	(108.675)	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(364)	(264)	37,9%	17	<-100,0%	(347)	605	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(195.292)	(202.712)	-3,7%	(199.400)	-2,1%	(394.692)	(392.851)	0,5%

(1) Variação entre 2T24 e 2T23

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 2T24 com uma despesa líquida de R\$ 195,3 milhões, representando uma queda de R\$ 7,4 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada por:

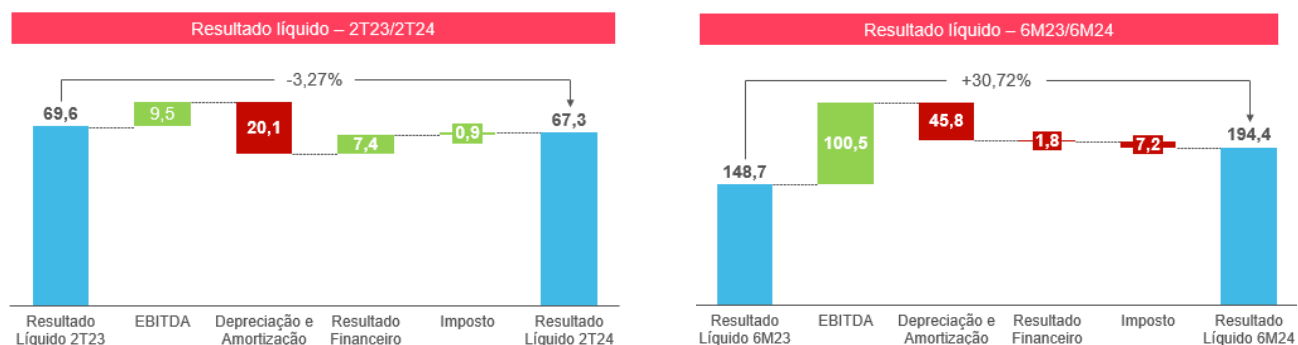
- Redução de despesa líquida no montante de R\$ 16,5 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, à redução do volume de dívida e de CDI (10,89% 2T24 vs.13,65% 2T23) e IPCA (2,48% 2T24 vs. 2,87% 2T23) entre os períodos analisados;
- Redução de despesa líquida no montante de R\$ 12,0 milhões na rubrica de atualização de ativos e passivos financeiros setoriais;

Este efeito foi parcialmente compensado pelo:

- Redução de R\$ 1,7 milhões na rubrica de renda de aplicação financeira;

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 394,7 milhões, montante ligeiramente superior ao valor registrado em 2023 (R\$ 1,8 milhões).

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 67,3 milhões no 2T24, representando uma ligeira queda de R\$ 2,3 milhões em relação ao 2T23, explicado principalmente pelo crescimento da linha de depreciação e amortização que está relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

No acumulado dos 6 primeiros meses de 24, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 194,4 milhões, representando um aumento de R\$ 45,7 milhões em relação ao 6M23, explicado principalmente pela melhora do EBITDA.

Endividamento**INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO**

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.317.043	6.136.979	-13,4%	5.907.181	-10,0%	5.317.043	6.136.979	-13,4%
Dívida com Terceiros	3.321.132	5.320.353	-37,6%	4.432.290	-25,1%	3.321.132	5.320.353	-37,6%
Dívida Intercompany	1.995.911	816.626	>100,0%	1.474.891	35,3%	1.995.911	816.626	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	279.986	750.587	-62,7%	139.017	>100,0%	279.986	750.587	-62,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.037.057	5.386.392	-6,5%	5.768.164	-12,7%	5.037.057	5.386.392	-6,5%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	2,51	3,34	-24,9%	2,81	-10,8%	2,51	3,34	-24,9%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,38	2,93	-19,0%	2,75	-13,5%	2,38	2,93	-19,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,52	0,60	-13,9%	0,58	-10,6%	0,52	0,60	-13,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,57	-11,5%	0,57	-12,0%	0,50	0,57	-11,5%

(1) Variação entre 2T24 e 1T24

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução a valor recuperável (acumulados nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou 2T24 em R\$ 5.317 milhões, uma redução de R\$ 820 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 1.970 milhões e R\$ 652 milhões, parcialmente compensados por novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.126 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 699 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 23 milhões.

A Companhia encerrou 2T24 com o custo médio da dívida no período de 12,04% a.a.

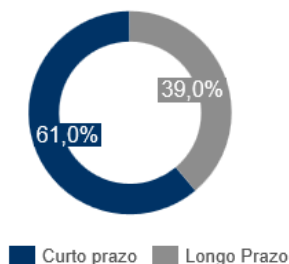
Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despachos Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

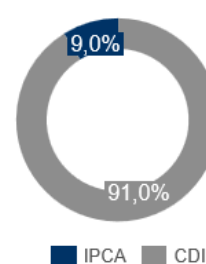
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em jun/24



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em jun/24



Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em jun/24

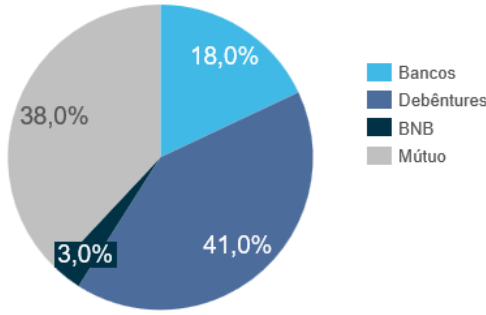


Divulgação de Resultados

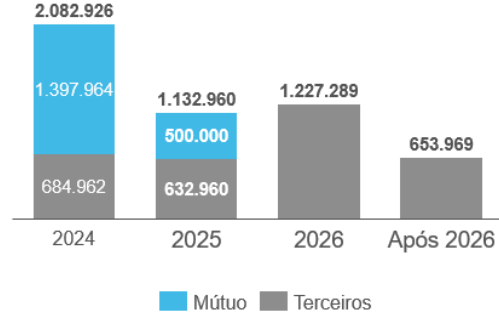
Comentário do Desempenho



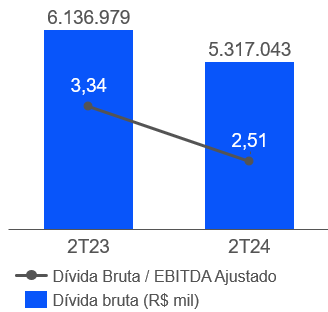
Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em jun/24



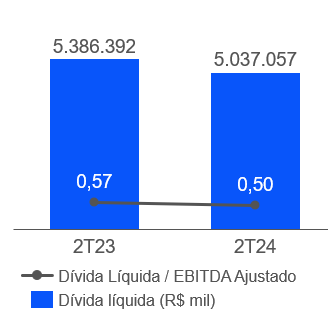
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em jun/24



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezez)
Evolução 2T23 - 2T24



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 2T23 - 2T24



Investimentos¹

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T24	2T23	Var. %	1T24	Var. % (1)	6M24	6M23	Var. % (2)
Manutenção	144.734	128.064	13,0%	83.161	74,0%	227.895	230.562	-1,2%
Crescimento	31.793	38.560	-17,5%	14.235	>100,0%	46.028	107.808	-57,3%
Novas Conexões	194.786	262.004	-25,7%	230.710	-15,6%	425.496	580.684	-26,7%
Financiado pela Companhia	371.314	428.628	-13,4%	328.106	13,2%	699.420	919.053	-23,9%
Financiado pelo Cliente	2.299	-	-	6.431	-64,3%	8.730	-	-
Total	373.613	428.628	-12,8%	334.537	11,7%	708.150	919.053	-22,9%

(1) Variação entre 2T24 e 1T24;

No 2T24 a Companhia investiu R\$ 373,6 milhões, montante 12,8% inferior ao mesmo período do ano anterior. Desse total, R\$ 196,9 milhões foram alocados principalmente em novas conexões, R\$ 144,7 milhões foram direcionados para manutenção com destaque para manutenção corretiva e R\$ 31,7 milhões para crescimento, com foco no programa de redução de perdas.

No acumulado do ano o montante total investido atingiu R\$708,2 milhões, queda de 22,9% frente o mesmo período de 2023. Parte da queda é relacionada a um menor volume de obras em 2024, já que em 2023 foi saneado o backlog de obras, e devido a uma sazonalidade dos projetos de crescimento, que no ano de 2024 está previsto para ocorrer no segundo semestre.

Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, a partir do 4T23 os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros.

A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.

Plano de Investimentos

A Enel Ceará apresentou em 24 de abril, à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos

¹ Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados prévios referente ao 1T24

do Estado. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 4,8 bilhões no período de 2024 a 2026, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia. O valor representa uma média anual de R\$ 1,6 bilhão neste período, um aumento de cerca de 44% em relação à média anual de investimentos dos últimos seis anos. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 1.750 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2026. Apenas este ano, serão cerca 400 novos colaboradores e acréscimo de cerca de 120 novos veículos, para agilizar o atendimento aos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Ceará, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Por ano, a previsão é de realização de mais de 50 mil manutenções, cerca de 320 mil podas e inspeções em 90 mil pontos em todo o Estado.

No período de 2024 a 2026, serão modernizadas, ampliadas e construídas subestações, beneficiando cerca de 2 milhões de clientes. A Companhia também irá construir mais de 170 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos.

Além da alta tensão, até 2026, cerca de 10 mil km de média e baixa tensão serão construídos, para dar apoio às estruturas e conexão de novos clientes. De material, mais de 13 mil transformadores e 123 mil postes serão inseridos na estrutura atual.

Na área de atendimento, a Companhia está planejando investir, nos próximos três anos, em reforma, ampliação e climatização de novas lojas, canais digitais, autoatendimento e unidades móveis.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel no Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2024-2026 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

Dessa forma, ao final do segundo trimestre de 2024, a Enel Distribuição Ceará acumulou o investimento de R\$ 6,2 milhões, e beneficiou 138.826 pessoas, por meio de 78 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos algumas ações realizadas pelo programa social Enel Compartilha:

Ecoenel - ODS 07

Como destaque, durante o mês de maio, foram ministradas 04 palestras de Educação Ambiental em escolas públicas e projetos de esporte e lazer, que recebem investimento social por parte da Enel. O objetivo desta ação é despertar, de forma lúdica, a consciência ambiental por meio da coleta seletiva em crianças e adolescentes. No segundo trimestre de 2024, o programa Ecoenel já arrecadou, em 08 municípios, mais de 663 toneladas de recicláveis, beneficiando 721 novos clientes com bônus de R\$ 202 mil em descontos na conta de energia. Esses resultados equivalem à captura de 2 mil toneladas de CO₂, preservação de 5.631 árvores e economia de energia estimada de 2,8 mil MWh.

Enel Compartilha Eficiência - Troca de Geladeiras - ODS 07

O programa Enel Compartilha Eficiência tem como foco possibilitar adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda através da troca de refrigeradores antigos por modelos novos com o selo A do PROCEL. Durante a troca das geladeiras, também é realizada a troca de lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas LED, mais econômicas e eficientes. Como destaque, no segundo trimestre do ano, o programa da realizou 15 eventos, sendo: 09 eventos para troca de 326 geladeiras e 06 ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. A ações aconteceram nos municípios de Caucaia, Fortaleza, Itarema, Juazeiro do Norte e Maracanaú, beneficiando 2.896 pessoas, além de realizar a troca de 987 lâmpadas.

Enel Compartilha Oportunidade – Escola de Mulheres Eletricistas – ODS 08

O programa Enel Compartilha Oportunidade tem como objetivo gerar desenvolvimento social e econômico para as comunidades por meio de oficinas de empregabilidade, inserção no mercado de trabalho, capacitação e acompanhamento profissional. Uma das ações é a Escola de Mulheres Eletricistas, que em parceria com o SENAI CE, na cidade de Itapipoca, formou a quarta turma do projeto. Ao todo, 23 mulheres foram capacitadas no curso de Eletricista de Rede de Baixa Tensão. O curso, ministrado pelo SENAI, tem a duração de aproximadamente dois meses, totalizando 376 horas, entre teoria e prática. Durante o primeiro semestre de 2024, a Enel Distribuição Ceará formou 45 mulheres em eletricitas.

Indicadores

	2T24	2T23
Colaboradores próprios (unit)	1.771	1.540
Colaboradores terceirizados (unit)	9.401	9.888
% de mulheres na Empresa	16,2%	18,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	20,7%	21,8%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	24,91	22,18
Taxa de Rotatividade (2)*	11,4%	2,6%
Número de membros no conselho (unit)	9	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	2
% de mulheres no conselho	22,2%	12,5%
Beneficiados pelos projetos sociais	138.826	262.047
Resíduos perigosos enviados para recuperação	94%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	82%	81%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	3	2
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2024 - 5; (4) Meta 2024 - 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS**Reajuste Tarifário Anual 2024**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 16 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2024, Resolução Homologatória nº 3.319/2024.

Em abril de 2024, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com um índice de reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2024	
Encargos Setoriais	2,18%
Energia Comprada	-8,27%
Encargos de Transmissão	0,67%
Parcela A	-5,42%
Parcela B	-2,41%
Reajuste Econômico	-7,83%
CVA Total	1,76%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,31%
Reajuste Financeiro	2,07%
Índice de reajuste Total	-5,76%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,95%
Efeito Para o Consumidor	-2,81%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.123 milhões. Um acréscimo de +18,20%, representando +2,18% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.819 milhões. Uma redução de -18,85%, contemplando o custo de compra de energia que representa -8,27% no reajuste econômico decorrente principalmente do fim de um contrato bilateral da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 593 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +9,81%, correspondendo a um efeito de +0,67% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e
- Fator X de +2,209%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 175 milhões, dentre os quais destacam-se: R\$ 148 milhões positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 178 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R\$ 196 milhões e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R\$ 40 milhões.

A revisão tarifária média de -2,81% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-2,10%
Baixa Tensão	-3,03%
Efeito Médio	-2,81%

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a junho de 2024, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Bandeira Tarifária												
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07						
-----------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--	--	--	--	--	--

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução n.º 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023, respectivamente.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória n.º 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto n.º 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL n.º 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas n.º 1.010, de 29 de março de 2022 e n.º 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho n.º 510, de 24 de fevereiro de 2023.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho 3T24 e 6M24



ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	2T24	2T23	Var. %	6M24	6M23	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.677.034	2.963.461	-9,7%	5.443.009	5.923.753	-8,1%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.237.876	2.127.469	5,2%	4.564.391	4.218.712	8,2%
CVA	-122.602	177.983	<-100,0%	-233.366	320.803	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	153.025	127.902	19,6%	290.570	250.144	16,2%
Receita de Construção	296.112	323.919	-8,6%	571.601	757.238	-24,5%
Outras Receitas	112.623	206.188	-45,4%	249.813	376.856	-33,7%
Deduções da Receita Operacional	(803.059)	(820.755)	-2,2%	(1.634.754)	(1.552.040)	5,3%
Receita Operacional Líquida	1.873.975	2.142.706	-12,5%	3.808.255	4.371.713	-12,9%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(799.349)	(1.052.945)	-24,1%	(1.640.998)	(2.081.666)	-21,2%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(580.317)	(847.542)	-31,5%	(1.197.071)	(1.668.279)	-28,2%
Encargos de conexão e uso da rede	(219.032)	(205.403)	6,6%	(443.927)	(413.387)	7,4%
Custo/Despesa Operacional	(776.884)	(781.414)	-0,6%	(1.494.028)	(1.671.498)	-10,6%
Pessoal	(50.566)	(51.739)	-2,3%	(80.341)	(93.151)	-13,8%
Material e Serviços de terceiros	(174.754)	(205.714)	-15,1%	(359.731)	(411.323)	-12,5%
Depreciação e amortização	(145.381)	(125.270)	16,1%	(292.023)	(246.243)	18,6%
Provisões	(78.685)	(70.633)	11,4%	(143.846)	(129.280)	11,3%
Custo de construção	(296.112)	(323.919)	-8,6%	(571.601)	(757.238)	-24,5%
Outros	7.951	12.319	-35,5%	20.431	16.243	25,8%
Outras receitas/despesas operacionais	(39.337)	(16.458)	>100,0%	(66.917)	(50.506)	32,5%
EBITDA	443.123	433.617	2,2%	965.252	864.792	11,6%
EBIT	297.742	308.347	-3,4%	673.229	618.549	8,8%
Resultado Financeiro	(195.292)	(202.711)	-3,7%	(394.690)	(392.850)	0,5%
Receita Financeira	58.049	29.759	95,1%	138.152	117.851	17,2%
Despesa Financeira	(252.973)	(233.509)	8,3%	(532.473)	(511.715)	4,1%
Variações Cambiais	(366)	1.039	<-100,0%	(369)	1.014	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	102.450	105.636	-3,0%	278.539	225.699	23,4%
IR/CS	(35.109)	(36.020)	-2,5%	(84.118)	(76.966)	9,3%
Lucro/Prejuízo Líquido	67.343	69.616	-3,3%	194.421	148.733	30,7%

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Formulário de Informações trimestrais em 30 de junho de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	179.333	96.665
Títulos e valores mobiliários	6	100.653	97.925
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.791.046	1.857.635
Ativo financeiro setorial	9	-	28.984
Créditos a receber - subvenção e outros		135.548	37.911
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8.1	31.443	23.991
Outros tributos compensáveis	8.2	385.585	538.285
Serviços em curso		61.276	61.164
Instrumentos financeiros derivativos	29	34.377	-
Outros créditos		122.451	110.207
Total do ativo circulante		2.841.712	2.852.767
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	228.522	212.609
Depósitos vinculados	21	54.465	51.220
Cauções e depósitos	11	20.723	19.715
Outros tributos compensáveis	8.2	105.495	112.608
Instrumentos financeiros derivativos	29	65.951	84.843
Benefício fiscal	10	10.942	12.755
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	6.626.605	6.113.012
Imobilizado	13	116.125	88.218
Intangível	12.3	2.151.196	2.277.008
Ativos contratuais	12.1	1.317.911	1.272.658
Total do ativo não circulante		10.697.935	10.244.646
Total do ativo		13.539.647	13.097.413

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	14	1.114.031	1.268.390
Empréstimos e financiamentos	15	2.630.492	844.378
Obrigações por arrendamentos		12.387	7.270
Debêntures	16	631.710	1.911.623
Passivo financeiro setorial	9	114.561	-
Salários, provisões e encargos sociais		51.033	42.973
Outras obrigações fiscais	17	182.061	194.164
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	19	232.919	350.209
Dividendos a pagar		93.296	93.296
Encargos setoriais	18	72.037	84.296
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	876	876
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	1.116	1.116
Instrumentos financeiros derivativos	29	18.125	91.629
Outras obrigações		234.835	222.543
Total do passivo circulante		5.389.479	5.112.763
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	522.416	1.268.800
Debêntures	16	1.614.626	1.830.680
Obrigações por arrendamentos		35.651	29.804
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	19	73.301	60.759
Passivo financeiro setorial	9	372.132	109.098
Outras obrigações fiscais	17	133	1.349
Encargos setoriais	18	79.418	57.300
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	106.436	110.146
Tributos diferidos	27	85.986	37.212
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	283.131	248.865
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	38.538
Outras obrigações		31	952
Total do passivo não circulante		3.173.261	3.793.503
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	22	1.388.347	1.282.347
Adiantamento para futuro aumento de capital		580.580	-
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.450.409	2.556.409
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		4.479	(6.280)
Lucro do período		194.421	-
Total do patrimônio líquido		4.976.907	4.191.147
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.539.647	13.097.413

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023
Receita líquida	24	1.873.975	3.808.255	2.142.706	4.371.713
Custo do serviço	25	(1.468.744)	(2.951.690)	(1.724.647)	(3.553.694)
Lucro bruto		405.231	856.565	418.059	818.019
(Despesas) receitas operacionais	25				
Despesas com vendas		(3.646)	(6.837)	(5.286)	(6.650)
Despesas gerais e administrativas		(72.899)	(106.098)	(68.931)	(118.635)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(53.256)	(110.989)	(52.172)	(107.673)
Outras receitas operacionais		22.314	40.590	16.677	33.488
Total despesas operacionais		(107.487)	(183.334)	(109.712)	(199.470)
Resultado do serviço público de energia elétrica		297.744	673.231	308.347	618.549
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		58.049	138.152	29.759	117.851
Despesas financeiras		(252.974)	(532.474)	(233.510)	(511.716)
Variações cambiais líquidas		(367)	(370)	1.039	1.014
Total resultado financeiro		(195.292)	(394.692)	(202.712)	(392.851)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		102.452	278.539	105.635	225.698
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(27.855)	(59.557)	(1.980)	(1.980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(16.488)	(45.045)	(34.040)	(74.986)
Incentivo fiscal	27	9.234	20.484	-	-
		(35.109)	(84.118)	(36.020)	(76.966)
Lucro líquido do período		67.343	194.421	69.615	148.732
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	23				
Ação ordinária		0,8650	2,4972	0,8942	1,9104
Ação preferencial - Classe A		0,9169	2,6470	0,9478	2,0250
Ação preferencial - Classe B		0,9515	2,7469	0,9836	2,1014

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023
Lucro líquido do período		67.343	194.421	69.615	148.732
Outros resultados abrangentes:					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	20	5.828	5.828	(2.927)	(2.927)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	27	(1.981)	(1.981)	995	995
		3.847	3.847	(1.932)	(1.932)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho/(perda) em instrumentos financeiros derivativos	26	6.524	10.472	4.294	(11.934)
Tributos diferidos sobre ganho/(perda) em instrumentos financeiros derivativos	27	(2.218)	(3.560)	(1.460)	4.058
		4.306	6.912	2.834	(7.876)
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		75.496	205.180	70.517	138.924

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Legal	Incentivo fiscal - SUDENE	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.085.347	-	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.430.314	-	(13.837)	3.956.902
Aumento de capital	197.000	-	-	-	-	-	-	(197.000)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.927)	(2.927)
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	995	995
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.934)	(11.934)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.058	4.058
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	148.732	-	148.732
Saldos em 30 de junho de 2023	1.282.347	-	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.233.314	148.732	(23.645)	4.095.826
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.282.347	-	221.188	31.160	106.323	48.845	1.062.774	1.444.790	-	(6.280)	4.191.147
Aumento de capital	106.000	580.580	-	-	-	-	-	(106.000)	-	-	580.580
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.828	5.828
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.981)	(1.981)
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.472	10.472
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.560)	(3.560)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	194.421	-	194.421
Saldos em 30 de junho de 2024	1.388.347	580.580	221.188	31.160	106.323	48.845	1.062.774	1.338.790	194.421	4.479	4.976.907

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediária

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2024	30.06.2023
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	194.421	148.732
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	97.335	96.051
Perda de recebíveis de clientes	13.654	11.622
Depreciação e amortização	308.505	262.116
Juros e variações monetárias	414.616	206.920
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(42.480)	195.121
Marcação a mercado de dívida	(3.471)	(14.184)
Ativos e passivos financeiros setorial	2.694	(5.754)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(162.631)	(265.482)
Valor residual de intangível e imobilizado	2.616	15
Tributos e contribuições social diferidos	46.858	76.967
Provisões para processos judiciais e outros riscos	46.511	33.229
Obrigações com benefícios pós-emprego	5.843	4.842
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(60.313)	(204.498)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(97.637)	(10.820)
Ativo financeiro setorial	26.290	35.776
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(7.452)	(90.211)
Outros tributos compensáveis	159.813	223.609
Depósitos vinculados	(3.245)	(1.890)
Outros créditos	(12.356)	8.681
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(154.359)	(38.666)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(104.748)	(114.375)
Salários, provisões e encargos sociais	8.060	(7.900)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	38.144	-
Outras obrigações fiscais	(13.319)	(2.799)
Passivo financeiro setorial	377.595	(159.849)
Encargos setoriais	7.274	40.302
Outras obrigações	11.372	11.723
	1.099.590	439.278
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(39.956)	-
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(33.558)	(37.226)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(3.724)	(4.467)
Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(252.333)	(147.509)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(56.630)	(12.281)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.088)	(2.438)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	710.301	235.357
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(589.770)	(770.424)
Cauções e depósitos	(1.008)	13.374
Títulos e valores mobiliários	(2.728)	(5.444)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(593.506)	(762.494)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	580.580	-
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.025.692	2.990.976
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(1.613.756)	(1.681.366)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(8.696)	(6.678)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(17.947)	(132.654)
Dividendos pagos	-	(167.456)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(34.127)	1.002.822
Variação no caixa líquido da Companhia	82.668	475.685
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	96.665	182.558
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	179.333	658.243

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2024	30.06.2023
1. Receitas	5.386.686	5.861.871
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.484.021	5.957.922
Fornecimento de energia elétrica	4.871.408	5.166.515
Outras receitas	41.012	34.169
Receita relativa à construção de ativos próprios	571.601	757.238
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(97.335)	(96.051)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(2.820.577)	(3.527.148)
Materiais	(278.917)	(355.832)
Outros custos operacionais	(120.973)	(90.938)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.796.077)	(2.284.387)
Serviços de terceiros	(624.610)	(795.991)
3. Valor adicionado bruto	2.566.109	2.334.723
4. Retenções	(308.504)	(262.117)
Depreciação e amortização	(308.504)	(262.117)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.257.605	2.072.606
6. Valor adicionado recebido em transferência	138.152	117.851
Receitas financeiras	138.152	117.851
7. Valor adicionado total a distribuir	2.395.757	2.190.457
8. Distribuição do valor adicionado	2.395.757	2.190.457
Empregados (Colaboradores)	133.985	119.776
Remunerações	86.670	74.330
FGTS	5.205	4.685
Outros encargos sociais	6.430	6.001
Previdência privada	4.308	4.370
Auxílio-alimentação	10.433	8.895
Convênio assistencial e outros benefícios	15.193	10.933
Participação nos resultados	5.746	10.562
Tributos (Governo)	1.525.107	1.412.520
Federais	252.662	272.386
Imposto de renda e contribuição social	104.602	76.966
COFINS	142.904	146.995
PIS	31.025	31.913
INSS	(5.385)	16.512
(-) Incentivos fiscais	(20.484)	-
Estaduais	848.109	767.871
ICMS	847.275	767.871
Outros	834	-
Municipais	5.857	4.349
ISS	3.427	3.374
IPTU	924	1.190
Outros	1.506	(215)
Encargos setoriais	418.479	367.914
CDE - Conta de desenvolvimento energético	383.476	330.332
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	30.386	33.012
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.299	5.314
Encargos do consumidor - CCRBT	(682)	(744)
Remuneração de capitais de terceiros	542.244	509.429
Juros	114.306	93.498
Outras despesas financeiras	418.168	406.183
Aluguéis	9.770	9.748
Remuneração de capitais próprios	194.421	148.732
Lucro do período	194.421	148.732

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas²⁴

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2023.

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em fato relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

Em 22 de novembro de 2023, em fato relevante, os acionistas da Companhia comunicaram sobre a decisão de suspender temporariamente os procedimentos de análises e prospecção para possível alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

1.1. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes montantes foram registrados como passivo financeiro setorial no ciclo tarifário de 2023, e foram 100% amortizados em abril de 2024, não havendo mais valores a repassar no ciclo tarifário atual.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas 24

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023, sendo portanto, pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

1.2 Panorama das renovações de concessões no Brasil

Em 20 de junho, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição. Após a publicação do Decreto, a próxima etapa é a ANEEL realizar audiência pública para debater as cláusulas e todo conteúdo do novo contrato (então ainda haverá mais debates com as distribuidoras e demais interessados). Os destaques do Decreto incluem a definição de critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, com possibilidade de aportes financeiros e apresentação de plano de resultados pela concessionária que não atenda aos requisitos. Como diretrizes do novo contrato, destaca-se maior rigor na prestação do serviço com a inclusão de indicadores de satisfação dos clientes, metas de eficiência na recuperação após eventos climáticos extremos e limitação do pagamento de dividendos caso a concessionária não cumpra os indicadores de desempenho, bem como qualidade técnica, comercial e econômico-financeira. Por outro lado, é determinado tratamento específico para áreas de elevada complexidade para combate a perdas e atrasos de pagamento, incentivo à digitalização da rede e flexibilidade para definição do regime de regulação econômica. Também são estabelecidos os critérios de caducidade e os prazos da licitação em caso de não renovação do contrato. O regulador tem prazo de 120 dias para divulgar versão aprovada do aditivo ao contrato de concessão.

O texto final do Decreto incorporou várias contribuições das distribuidoras do grupo Enel e reflete avanços advindos de um longo debate com o Ministério, tais como:

- Afastou-se a necessidade de licitação, permitindo a prorrogação mediante atendimento a determinados indicadores;
- Não ocorrerá a “prorrogação onerosa” (não haverá pagamento);
- Permite-se às distribuidoras a antecipação da prorrogação (não é necessário esperar o término do termo contratual vigente);
- Os indicadores que serão avaliados como requisitos para a prorrogação são conhecidos e seguem regras já aplicadas para as distribuidoras, como indicadores econômico-financeiros e continuidade (DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) globais;
- Mesmo em caso de não atendimento dos requisitos de qualidade, existe a possibilidade de um Plano de Resultados para recuperação até 18 meses antes do término do termo contratual vigente;
- Há avanços importantes para o novo contrato: incentivos às concessões com presença significativa de áreas com severas restrições no combate às perdas de energia e inadimplência; estímulo à digitalização gradual (medidor inteligente) de redes e serviços; flexibilidade para definir o regime de regulação econômica que melhor se adapta à evolução do segmento da distribuição etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Por outro lado, o novo contrato trará algumas exigências adicionais de qualidade, seguindo o posicionamento que o Ministério já estava defendendo. Como serão regras para os próximos anos da concessão (não são critérios prévios para a prorrogação), as distribuidoras terão tempo para se adaptar. O vencimento da concessão da Companhia está previsto para maio de 2028.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 26 de fevereiro de 2024 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2024.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às Informações Financeiras intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no semestre findo em 30 de junho de 2024.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS7 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma	1º de janeiro de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 24
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.

CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.
--	---	--

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste Tarifário Anual 2024

No dia 16 de abril de 2024 a diretoria da ANEEL, em reunião pública aprovou o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 22 de abril de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.319/2024) um reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%.

O reajuste tarifário médio de -2,81% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -2,10% e -3,03% para alta e baixa tensão, respectivamente. O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2024	
Encargos Setoriais	2,18%
Energia Comprada	-8,27%
Encargos de Transmissão	0,67%
Parcela A	-5,42%
Parcela B	-2,41%
Reajuste Econômico	-7,83%
CVA Total	1,76%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,31%
Reajuste Financeiro	2,07%
Índice de reajuste Total	-5,76%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,95%
Efeito Para o Consumidor	-2,81%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e
- Fator X de +2,209%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 175.000, dentre os quais destacam-se: R\$ 148.000 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 178.000; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R\$ 196.000 e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R\$ 40.000.

4.1. Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, estas estarão vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De 16 de abril de 2022 até 30 de junho de 2024, a bandeira tarifária vigente foi a verde. Para o mês de julho, a ANEEL acionou a bandeira tarifária amarela.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	49.572	49.427
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	4.379	47.203
Operações compromissadas	125.382	35
	129.761	47.238
Total	179.333	96.665

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no semestre findo em 30 de junho de 2024, em média, a 98,10% do CDI (100,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As operações compromissadas foram remuneradas no semestre findo em 30 de junho de 2024, em média, a 93,39% do CDI (90,79% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	30.06.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	100.514	97.570
Fundos de investimentos exclusivos (a)	139	355
Títulos públicos	129	343
LF - Letra Financeira	10	11
Total	100.653	97.925

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,10% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de junho de 2024 (0,23% em 31 de dezembro de 2023). As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no semestre findo em 30 de junho de 2024, em média, a 107,91% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			30.06.2024
Classes de consumidores:									
Residencial	245.192	256.046	28.676	69.202	100.732	494.485	1.194.333	(507.404)	686.929
Industrial	13.306	9.705	735	1.095	2.723	13.967	41.531	(11.620)	29.911
Comercial	59.107	32.982	2.590	6.290	9.465	63.949	174.383	(51.328)	123.055
Rural	52.760	31.722	5.754	12.409	15.461	93.047	211.153	(72.615)	138.538
Poder público	41.500	29.469	4.307	11.771	17.842	37.871	142.760	(33.758)	109.002
Iluminação pública	38.209	6.132	(6.354)	5.740	17.563	74.482	135.772	(52.560)	83.212
Serviço público	12.211	4.651	1.399	1.984	5.193	22.324	47.762	(23.210)	24.552
Fornecimento faturado	462.285	370.707	37.107	108.491	168.979	800.125	1.947.694	(752.495)	1.195.199
Receita não faturada	505.260	-	-	-	-	-	505.260	(9.422)	495.838
Parcelamento de débitos	1.618	7.221	6.928	24.852	44.162	228.521	313.302	(62.077)	251.225
Compartilhamento - uso mútuo	17.952	3.718	4.965	8.585	16.203	60.701	112.124	(46.472)	65.652
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	18.124	18.124	(6.470)	11.654
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	987.115	381.646	49.000	141.928	229.344	1.122.760	2.911.793	(892.225)	2.019.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			31.12.2023
Classes de consumidores:									
Residencial	182.335	150.780	16.230	35.875	64.602	337.214	787.036	(497.959)	289.077
Industrial	82.786	103.035	12.217	24.386	31.506	82.250	336.180	(9.819)	326.361
Comercial	16.177	9.726	504	2.092	2.432	-	30.931	(17.422)	13.509
Rural	129.943	62.089	6.079	11.502	20.935	174.935	405.483	(67.978)	337.505
Poder público	40.332	21.129	2.236	7.395	10.172	54.022	135.286	(22.935)	112.351
Iluminação pública	27.615	17.675	4.418	5.523	9.675	15.266	80.172	(51.942)	28.230
Serviço público	25.850	18.151	2.552	5.811	13.253	83.929	149.546	(20.698)	128.848
Fornecimento faturado	505.038	382.585	44.236	92.584	152.575	747.616	1.924.634	(688.753)	1.235.881
Receita não faturada	531.563	-	-	-	-	-	531.563	(8.999)	522.564
Parcelamento de débitos	5.355	9.132	6.914	21.046	50.692	212.609	305.748	(50.713)	255.035
Compartilhamento - uso mútuo	14.500	5.578	1.554	8.416	17.601	54.074	101.723	(56.613)	45.110
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	18.124	18.124	(6.470)	11.654
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	1.056.456	397.295	52.704	122.046	220.868	1.047.712	2.897.081	(826.837)	2.070.244

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de junho de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2023	(Provisões)	Perda	30.06.2024
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(826.837)	(110.989)	45.601	(892.225)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	(834.531)	(110.989)	45.601	(899.919)
Circulante	(819.242)			(884.630)
Não Circulante	(15.289)			(15.288)
Total	(834.531)			(899.919)

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	30.06.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(107.673)	32.567	(771.019)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	(703.607)	(107.673)	32.567	(778.713)
Circulante	(688.318)			(763.424)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(703.607)			(778.713)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis são confiavelmente mensuráveis e têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2024	30.06.2023
Provisão	(110.989)	(107.673)
	(110.989)	(107.673)

8. Tributos a compensar

8.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 30 de Junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tributos e contribuições sociais compensáveis

	30.06.2024	31.12.2023
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
Imposto de renda	44.833	22.634
Contribuição social	18.785	5.337
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.071	6.045
Total	70.689	34.016
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	23.470	7.411
Contribuição social	15.776	2.614
Total	39.246	10.025
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	31.443	23.991

8.2. Outros tributos compensáveis

	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS	8.991	-	29.113	-
ICMS CIAP	86.138	105.495	89.406	112.608
PIS e COFINS	20.880	-	21.421	-
PIS e COFINS (ICMS) (a)	266.288	-	396.206	-
Outros tributos	3.287	-	2.139	-
Total	385.585	105.495	538.285	112.608

- (a) Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº. 19).

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	193.427	(216.101)	(21.223)	-	(16.580)	4.832	(55.645)	115.793	(171.438)	83.384	(139.029)
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	31.059	(293.927)	3.097	-	(2.156)	(5.437)	(267.364)	(41.002)	(226.362)	(83.794)	(183.570)
Proinfa	(1.547)	(4.195)	2.745	-	-	(229)	(3.226)	(3.226)	-	(3.226)	-
Transporte rede básica	93.935	19.850	(42.040)	-	-	4.994	76.739	64.333	12.406	66.678	10.061
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	48.858	46.156	29.677	-	(14.424)	4.067	114.334	81.768	32.566	87.925	26.409
Conta de desenvolvimento energético - CDE	21.122	16.015	(14.702)	-	-	1.437	23.872	13.920	9.952	15.801	8.071
Demais passivos financeiros setoriais	(273.541)	(248.421)	134.829	(41.777)	-	(2.138)	(431.048)	(170.325)	(260.723)	(197.945)	(233.103)
Neutralidade da parcela A	(7.439)	(25.050)	4.800	-	-	(2.503)	(30.192)	(29.896)	(296)	(29.952)	(240)
Sobrecontratação de energia (b)	41.028	(120.190)	(15.196)	-	-	(2.913)	(97.271)	(12.940)	(84.331)	(28.882)	(68.389)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(165.598)	(25.691)	17.087	-	-	(2.358)	(176.560)	(37.022)	(139.538)	(37.022)	(139.538)
Risco hidrológico	(177.981)	(89.624)	83.123	-	-	(4.462)	(188.944)	(147.275)	(41.669)	(155.152)	(33.792)
Bandeira Escassez Hídrica (c)	42.356	-	(42.356)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(5.907)	12.134	87.371	(41.777)	-	10.098	61.919	56.808	5.111	53.063	8.856
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(80.114)	(464.522)	113.606	(41.777)	(16.580)	2.694	(486.693)	(54.532)	(432.161)	(114.561)	(372.132)

- (a) Aquisição de Energia – (CVA Energia):** o aumento do diferimento passivo, está relacionado a variação do custo médio de aquisição de energia em relação a cobertura tarifária. No primeiro semestre de 2023, o custo médio dos contratos foi de R\$ 266,74 e cobertura tarifária de R\$ 260,90, contra custo médio dos contratos R\$ 197,86 no primeiro semestre de 2024, e cobertura tarifária de R\$ 245,99; (valor das tarifas em reais)
- (b) Sobrecontratação de Energia:** a variação está relacionada comercialização no mercado de curto prazo, sendo venda de 132 Mwh (PLD médio R\$ 69,04 reais x cobertura tarifária de R\$ 260,90) no primeiro semestre de 2023, em comparação com a compra de 647 Mwh (PLD médio R\$ 61,51 x cobertura tarifária R\$ 245,99) no primeiro semestre de 2024; (valor das tarifas em reais)
- (c) Bandeira escassez hídrica (Financeiro de bandeira escassez hídrica):** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética (CREG), no processo tarifário anterior, ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizadas as 3 últimas parcelas do processo no montante de R\$ 42.356.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	79.106	148.658	(120.332)	-	(15.355)	166	-	92.243	(31.411)	123.654	(8.101)	100.344
Aquisição de energia - (CVAenerg)	71.749	21.927	(53.100)	-	586	3.740	-	44.902	26.862	18.040	30.262	14.640
Proinfa (d)	6.398	(7.677)	(2.866)	-	-	(280)	-	(4.425)	(4.425)	-	(4.425)	-
Transporte rede básica	59.602	51.629	(22.755)	-	-	4.892	-	93.368	53.238	40.130	60.803	32.565
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(93.852)	62.094	(22.112)	-	(15.941)	(10.684)	-	(80.495)	(134.964)	54.469	(124.695)	44.200
Conta de desenvolvimento energético - CDE	35.209	20.685	(19.499)	-	-	2.498	-	38.893	27.878	11.015	29.954	8.939
Demais passivos financeiros setoriais	(235.214)	69.031	35.089	18.490	-	(5.920)	-	(118.524)	648	(119.172)	(2.944)	(115.580)
Neutralidade da parcela A	16.798	(3.796)	(792)	-	-	1.775	-	13.985	15.495	(1.510)	15.211	(1.226)
Sobrecontratação de energia	93.299	24.164	(7.537)	-	-	13.349	-	123.275	58.529	64.746	70.735	52.540
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(24.096)	15.947	-	-	(6.479)	-	(158.112)	(34.175)	(123.937)	(34.175)	(123.937)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	(137.747)	(76.183)	70.320	-	-	(4.049)	-	(147.659)	(102.096)	(45.563)	(110.685)	(36.974)
Bandeira Escassez Hídrica	220.177	90.811	(42.356)	-	-	14.185	(155.749)	127.068	-	127.068	116.903	10.165
Outros	(284.257)	58.131	(493)	18.490	-	(24.701)	155.749	(77.081)	62.895	(139.976)	(60.933)	(16.148)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(156.108)	217.689	(85.243)	18.490	(15.355)	(5.754)	-	(26.281)	(30.763)	4.482	(11.045)	(15.236)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
30 de Junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado

	30.06.2024	31.12.2023
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(743.527)	(738.196)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	407.874	404.356
Total	10.942	12.755

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.06.2024	Percentual
Em 2024	1.812	16,56%
Em 2025	3.316	30,31%
Em 2026	3.036	27,75%
Em 2027	2.778	25,39%
Total	10.942	100%

11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB), conforme apresentado a seguir:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.06.2024	31.12.2023
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	20.723	19.715
Total		20.723	19.715

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data, a cada 4 anos, sendo a última realizada em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 4.1.

	Nota	30.06.2024	31.12.2023
Ativo Contratual	12.1	1.317.911	1.272.658
Ativo Financeiro da concessão	12.2	6.626.605	6.113.012
Ativo Intangível da concessão	12.3	2.151.196	2.277.008
Total dos contratos de concessão público - privado		10.095.712	9.662.678

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1. Ativo Contratual (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,75% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2024 (6,40% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do saldo de ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	30.06.2024		31.12.2023
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.253.062	(96.274)	1.156.788
Software	161.123	-	161.123
Total	1.414.185	(96.274)	1.317.911

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.413.494	(96.274)	1.317.220
Adições	757.238	-	757.238
Capitalização de juros de empréstimos	48	-	48
Transferências para ativo intangível	(333.092)	-	(333.092)
Transferências para ativo indenizável	(396.047)	-	(396.047)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.441.641	(96.274)	1.345.367
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.368.932	(96.274)	1.272.658
Adições	571.601	-	571.601
Capitalização de juros de empréstimos	10	-	10
Transferências para ativo intangível	(176.063)	-	(176.063)
Transferências para ativo indenizável	(350.962)	-	(350.962)
Reclassificações do ativo imobilizado	667	-	667
Saldo em 30 de junho de 2024	1.414.185	(96.274)	1.317.911

12.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.939.453
Transferências do ativo contratual	396.047
Atualização do ativo financeiro da concessão	157.863
Atualização do ativo financeiro da concessão - Revisão tarifária 2023 *	107.619
Reclassificações para ativo intangível - Revisão tarifária 2023 *	(19.523)
Saldo em 30 de junho de 2023	5.581.459
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.113.012
Transferências do ativo contratual	350.962
Atualização do ativo financeiro da concessão	162.631
Saldo em 30 de junho de 2024	6.626.605

(*) De acordo com a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, na revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023, foi (i) reconhecido o valor de R\$ 107.619 com a contrapartida, de atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2023 (vide nova explicativa nº 26); e (ii) reclassificação para o ativo intangível no valor de R\$ 19.523.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedent

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	30.06.2024			31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.947.676	(3.883.644)	(192.194)	1.871.838
Software	675.024	(395.770)	-	279.254
Bens de renda	464	(360)	-	104
Total	6.623.164	(4.279.774)	(192.194)	2.151.196

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201
Baixas	(1.930)	1.915	-	(15)
Amortização	-	(274.952)	22.039	(252.913)
Transferência dos ativos contratuais	333.092	-	-	333.092
Reclassificações do ativo indenizável *	19.523	-	-	19.523
Saldo em 30 de junho de 2023	6.667.121	(4.035.858)	(237.375)	2.393.888
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.469.779	(3.977.987)	(214.784)	2.277.008
Baixas	(22.677)	20.378	-	(2.299)
Amortização	-	(322.165)	22.590	(299.575)
Transferência dos ativos contratuais	176.062	-	-	176.062
Saldo em 30 de junho de 2024	6.623.164	(4.279.774)	(192.194)	2.151.196

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

13. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de Junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Reclassificação para ativo de contrato	30.06.2024
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.906	-	-	-	-	-	4.906
Máquinas e equipamentos	29.199	-	-	-	402	(667)	28.934
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	24.913	-	-	(15)	1.779	-	26.677
Subtotal	59.878	-	-	(15)	2.181	(667)	61.377
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(754)	-	(78)	-	-	-	(832)
Máquinas e equipamentos	(23.448)	-	(350)	-	-	-	(23.798)
Veículos	(611)	-	(33)	-	-	-	(644)
Móveis e utensílios	(11.210)	-	(884)	15	-	-	(12.079)
Subtotal	(36.023)	-	(1.345)	15	-	-	(37.353)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	14.631	12.659	-	-	-	-	27.290
Máquinas e equipamentos	8.491	780	-	-	(402)	-	8.869
Veículos	762	-	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	7.646	4.398	-	-	(1.779)	-	10.265
Subtotal	31.530	17.837	-	-	(2.181)	-	47.186
Total do imobilizado	55.385	17.837	(1.345)	-	-	(667)	71.210
Ativo de direito de uso							
Terrenos	854	-	(761)	-	-	-	93
Imóveis	26.586	10.706	(1.624)	(317)	-	-	35.351
Veículos e outros meios de transporte	5.393	9.278	(5.200)	-	-	-	9.471
Subtotal	32.833	19.984	(7.585)	(317)	-	-	44.915
Total	88.218	37.821	(8.930)	(317)	-	(667)	116.125

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de Junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	30.06.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	5.134	-	-	-	2.071	7.205
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(13.861)	532	28.152
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	-	2.282	24.918
Subtotal	70.111	-	-	(13.861)	4.885	61.135
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(759)	-	(80)	-	-	(839)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(702)	13.861	-	(23.840)
Veículos	(546)	-	(33)	-	-	(579)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(758)	-	-	(10.338)
Subtotal	(47.884)	-	(1.573)	13.861	-	(35.596)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	572	8.255	-	-	(2.071)	6.756
Máquinas e equipamentos	2.792	1.027	-	-	(532)	3.287
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	3.904	-	-	(2.282)	7.064
Subtotal	9.568	13.186	-	-	(4.885)	17.869
Total do imobilizado	31.795	13.186	(1.573)	-	-	43.408
Ativo de direito de uso						
Terrenos	184	1.212	(291)	-	-	1.105
Imóveis	29.396	178	(2.556)	-	-	27.018
Veículos e outros meios de transporte	5.967	-	(4.783)	-	-	1.184
Subtotal	35.547	1.390	(7.630)	-	-	29.307
Total	67.342	14.576	(9.203)	-	-	72.715

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de junho de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,92
Imóveis	3,58
Veículos	2,08

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29.

	30.06.2024	31.12.2023
Compra de Energia	288.857	443.410
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 28)	7.460	3.318
Encargo de Uso da Rede	91.994	106.299
Total energia	388.311	553.027
Materiais e serviços	503.421	527.154
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 28)	222.299	188.209
Total fornecedores	1.114.031	1.268.390

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de junho de 2024, o montante destas operações é de R\$ 88.560 (R\$ 79.543 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado (nota explicativa nº 29).

15.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	30.06.2024						31.12.2023							
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
Moeda estrangeira:														
BNP 4131 II - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	635	113.666	114.301	-	-	-	114.301
Sumitomo 4131 - COELCE	1.239	276.144	277.383	-	-	-	277.383	1.086	242.065	243.151	-	-	-	243.151
Citibank 4131 - COELCE	6.080	303.760	309.840	-	-	-	309.840	5.330	-	5.330	266.271	-	266.271	271.601
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	3.613	-	3.613	246.013	470	246.483	250.096	3.167	-	3.167	215.652	3.357	219.009	222.176
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	815	-	815	134.579	38	134.617	135.432	714	-	714	117.970	622	118.592	119.306
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	11.747	579.904	591.651	380.592	508	381.100	972.751	10.932	355.731	366.663	599.893	3.979	603.872	970.535
Moeda nacional:														
Empréstimos e financiamentos														
FINEP	1	45	46	207	-	207	253	1	45	46	229	-	229	275
BNB II	164	42.720	42.884	141.109	-	141.109	183.993	184	42.940	43.124	164.699	-	164.699	207.823
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	165	42.765	42.930	141.316	-	141.316	184.246	185	42.985	43.170	164.928	-	164.928	208.098
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas														
Enel Finance International N.V.	21.347	500.000	521.347	-	-	-	521.347	23.574	-	23.574	500.000	-	500.000	523.574
Mútuos Enel BR	76.600	1.397.964	1.474.564	-	-	-	1.474.564	28.045	382.926	410.971	-	-	-	410.971
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	97.947	1.897.964	1.995.911	-	-	-	1.995.911	51.619	382.926	434.545	500.000	-	500.000	934.545
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	109.859	2.520.633	2.630.492	521.908	508	522.416	3.152.908	62.736	781.642	844.378	1.264.821	3.979	1.268.800	2.113.178

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

15.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.175	25/01/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	151.132	14/03/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	20.151	15/03/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	141.057	20/03/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	25.189	22/03/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	20.151	28/03/2024	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,7% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXX	372.792	14/05/2024	12/08/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,85% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	110.835	20/05/2024	19/08/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,85% a.a	Capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2024:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/2023	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/2023	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	40.225	17/11/2023	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,4% a.a	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XX	60.328	21/11/2023	30/09/2024	Bullet	Bullet	CDI + 0,4% a.a	Capital de giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no semestre findo em 30 de junho de 2024:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	30/06/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,1% a.a	Capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de junho de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	1.995.911	57,95%	934.545	44,22%
TJLP	253	0,00%	275	0,01%
Taxa fixa	662.913	23,54%	698.933	33,07%
IPCA	183.993	7,72%	207.823	9,83%
Moeda Estrangeira				
USD SOFR	309.840	10,79%	271.602	12,85%
Total	3.152.910	100%	2.113.178	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a

15.4. Em 30 de junho de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

30.06.2024					
2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
159.503	295.862	49.848	16.646	557	522.416

15.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	30.06.2024
	%
Moeda Nacional	
CDI *	10,40
TJLP	6,67
SELIC *	10,50
IPCA *	3,93
Moeda Estrangeira	
USD SOFR *	5,33

(*) índice do último dia do semestre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	223.966	712.228	905.165	1.054.161	2.895.520
Captações	382.796	-	508.180	-	890.976
Encargos provisionados	54.452	-	31.121	-	85.573
Encargos pagos	(46.907)	-	(33.325)	-	(80.232)
Variação monetária e cambial	-	7.925	(45.900)	(63.183)	(101.158)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(14.184)	(14.184)
Transferências	31.692	(31.692)	136.294	(136.294)	-
Amortizações	(285.779)	-	(1.180.587)	-	(1.466.366)
Saldo em 30 de junho de 2023	360.220	688.461	320.948	840.500	2.210.129
Saldo em 31 de dezembro de 2023	477.715	664.928	366.663	603.872	2.113.178
Captações	1.025.692	-	-	-	1.025.692
Encargos provisionados	86.764	-	23.405	-	110.169
Encargos pagos	(40.457)	-	(23.638)	-	(64.095)
Variação monetária e cambial	-	4.137	75.618	47.355	127.110
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(3.471)	(3.471)
Transferências	527.749	(527.749)	266.656	(266.656)	-
Amortizações	(38.622)	-	(117.053)	-	(155.675)
Saldo em 30 de junho de 2024	2.038.841	141.316	591.651	381.100	3.152.908

15.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (Últimos 12 meses).

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado – (nota explicativa nº 29.2).

16.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
2ª Série 5ª emissão	221	106.207	106.428	-	-	-	106.428	215	103.195	103.410	-	-	-	103.410
2ª Série 6ª emissão	404	188.103	188.507	-	-	-	188.507	786	182.770	183.556	182.770	-	182.770	366.326
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	13.855	393.728	407.583	-	-	-	407.583
1ª Série 8ª emissão	4.846	-	4.846	651.101	31.247	682.348	687.194	4.557	-	4.557	632.641	85.094	717.735	722.292
1ª Série 9ª emissão	53.368	-	53.368	950.000	-	950.000	1.003.368	62.349	-	62.349	950.000	-	950.000	1.012.349
1ª Série 10ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	7.771	500.000	507.771	-	-	-	507.771
1ª Série 11ª emissão	-	280.000	280.000	-	-	-	280.000	327	650.000	650.327	-	-	-	650.327
(-) Custo de transação	-	(1.439)	(1.439)	(17.722)	-	(17.722)	(19.161)	-	(7.930)	(7.930)	(19.825)	-	(19.825)	(27.755)
Total de debêntures	58.839	572.871	631.710	1.583.379	31.247	1.614.626	2.246.336	89.860	1.821.763	1.911.623	1.745.586	85.094	1.830.680	3.742.303

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

16.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento	Pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	Semestral	CDI + 1,48% a.a.	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas

b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e liquidados no semestre findo em 30 de junho de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	30.06.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	1.281.703	57%	2.162.356	57%
IPCA	964.633	43%	1.579.947	43%
Total	2.246.336	100%	3.742.303	100%

16.4. Em 30 de junho de 2024, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	682.348	682.348
1ª Série 9ª emissão	-	950.000	-	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(2.588)	(2.559)	(2.321)	(2.321)	(7.933)	(17.722)
Total a amortizar	(2.588)	947.441	(2.321)	(2.321)	674.415	1.614.626

16.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	30.06.2024
	%
Moeda Nacional	
CDI *	10,40
IPCA *	3,93
SELIC *	10,50

(*) índice do último dia do período

16.6. Movimentações das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.413	1.426.179	1.763.592
Captações	1.150.000	950.000	2.100.000
Atualização monetária	34.326	19.128	53.454
Amortizações	(215.000)	-	(215.000)
Transferências	523.733	(523.733)	-
Encargos provisionados	124.924	-	124.924
Encargos pagos	(67.277)	-	(67.277)
Marcação a Mercado Dívida	13.167	-	13.167
Constituição custo de transação	(12.044)	(3.157)	(15.201)
Apropriação custo de transação	3.322	-	3.322
Saldo em 30 de junho de 2023	1.892.564	1.868.417	3.760.981
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.911.623	1.830.680	3.742.303
Captações	-	-	-
Atualização monetária	38.387	-	38.387
Amortizações	(1.458.081)	-	(1.458.081)
Encargos provisionados	157.219	-	157.219
Encargos pagos	(188.238)	-	(188.238)
Marcação a Mercado Dívida	(53.847)	-	(53.847)
Transferências	216.054	(216.054)	-
Apropriação custo de transação	8.593	-	8.593
Saldo em 30 de junho de 2024	631.710	1.614.626	2.246.336

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras obrigações fiscais

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	28.046	-	28.046	29.637	-	29.637
Programa de integração social - PIS	5.810	-	5.810	6.397	-	6.397
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	6.279	-	6.279	7.297	-	7.297
Outros tributos e contribuições	-	-	-	534	-	534
Subtotal - Federais	40.135	-	40.135	43.865	-	43.865
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	136.688	133	136.821	145.913	1.349	147.262
Refis Parcelamento ICMS	928	-	928	581	-	581
Subtotal - Estaduais	137.616	133	137.749	146.494	1.349	147.843
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	4.304	-	4.304	3.782	-	3.782
Outros tributos e contribuições	6	-	6	23	-	23
Subtotal - Municipais	4.310	-	4.310	3.805	-	3.805
Total outros tributos a pagar	182.061	133	182.194	194.164	1.349	195.513

- (a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 30 de junho de 2024 de R\$ 136.687(R\$ 145.913 em 31 de dezembro de 2023), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

18. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº24. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2024	31.12.2023
Conta de desenvolvimento energético – CDE	22.078	27.381
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	-	1.252
Pesquisa e desenvolvimento	68.312	65.865
Ministério de Minas e Energia	-	1.724
Programa de Eficiência Energética	60.165	44.499
Taxa de fiscalização - TFSEE	900	875
Total	151.455	141.596
Circulante	72.037	84.296
Não Circulante	79.418	57.300

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo. Em maio de 2024, foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação, e a Procuradoria apresentou apelação.

Em 29 de dezembro foi publicada MP - Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela PN -Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, PN MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 30 de junho de 2024, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 1.371.429 (R\$ 1.225.760 em 31 de dezembro de 2023).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, a partir dos processos tarifários de 2022, já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o processo tarifário de 2024, a ANEEL não projetou valores a devolver nos próximos 12 meses, e recalculou as devoluções dos ciclos anteriores, gerando um ajuste financeiro positivo de R\$ 102.136. Dessa forma, até 30 de junho de 2024, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 1.295.848 (R\$ 454.834 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.06.2024	31.12.2023
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	266.288	396.206
Total do Ativo	266.288	396.206
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	232.919	350.209
Passivo não circulante	73.301	60.759
Total do Passivo	306.220	410.968

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	783.680	808.397
Atualizações	29.201	28.617
Compensações	(257.512)	-
Reclassificação (a)	50.982	6.906
Devolução aos consumidores	-	(149.898)
Saldo em 30 de junho de 2023	606.351	694.022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	396.206	410.968
Atualizações	12.797	12.542
Compensações	(145.669)	-
Reclassificação (a)	2.954	-
Devolução aos consumidores	-	(117.290)
Saldo em 30 de junho de 2024	266.288	306.220

(a) A Companhia realizou os procedimentos de retificação das obrigações acessórias fiscais para aproveitamento dos créditos tributários, com isso, reclassificou o montante de R\$ 2.954 de PIS e COFINS a recuperar corrente para PIS e COFINS a recuperar – exclusão ICMS.

20. Obrigações com benefício pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS e Benefício Definido), nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, segue representada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66.799	23.591	90.390
Custo do serviço corrente	14	(61)	101	521	575
Custo dos juros líquidos	(5)	(5)	3.297	979	4.266
Contribuições reais do empregador	(25)	(160)	(3.393)	(888)	(4.466)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	16	225	1.470	1.216	2.927
Saldo em 30 de junho de 2023	-	(1)	68.274	25.419	93.692
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	90.080	20.942	111.022
Custo do serviço corrente	44	(60)	92	547	623
Custo dos juros líquidos	(4)	(5)	4.359	869	5.219
Contribuições reais do empregador	(10)	-	(3.657)	(57)	(3.724)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	(31)	65	(4.099)	(1.763)	(5.828)
Saldo em 30 de junho de 2024	(1)	-	86.775	20.538	107.312
				Circulante	876
				Não Circulante	106.436

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2024, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2024, ocasionou uma redução de R\$ 5.828 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	30.06.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações atuariais	1.189.249	1.293.285
Valor justo dos ativos do plano	(1.345.709)	(1.369.362)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	263.773	187.099
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	107.313	111.022
Circulante	876	876
Não Circulante	106.436	110.146

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2024	31.12.2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.293.285	1.196.708
Custo dos serviços correntes	623	1.152
Contribuição de participantes do plano	213	410
Custos dos juros	62.165	118.135
Benefícios pagos pelo plano	(44.501)	(114.157)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(122.536)	91.037
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.189.249	1.293.285

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.369.362	1.340.151
Rendimento esperado dos ativos do plano	66.387	133.947
Contribuições recebidas de participantes do plano	213	410
Contribuições recebidas do empregador	3.724	9.984
Benefícios pagos pelo plano	(44.501)	(114.157)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(49.476)	(973)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.345.709	1.369.362

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2024	31.12.2023
Saldo do início do período	111.022	90.390
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	623	1.152
Juro líquidos conforme laudo atuarial	5.220	8.532
Pagamento de contribuições	(3.724)	(9.984)
Ajustes de avaliação atuarial	(5.828)	20.932
Saldo do final do período	107.313	111.022

e) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	30.06.2024	31.12.2023
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do período	187.099	233.833
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	9.442	24.342
Variação no teto de ativo não reconhecido no período corrente	67.232	(71.076)
263.773	187.099	

f) Despesas reconhecidas no resultado do semestre:

	30.06.2024	31.12.2023
Custo do serviço corrente bruto	623	1.152
Custo do serviço líquido	623	1.152
Juros sobre a obrigação atuarial	62.165	118.135
Rendimento esperado dos ativos no ano	(66.387)	(133.947)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	9.442	24.342
Juros líquidos sobre o passivo	5.220	8.530
Total das despesas no período	5.843	9.682

O custo do serviço corrente é reconhecido como custos e despesas com pessoal. O custo dos juros líquidos, são registrados no resultado financeiro.

g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	30.06.2024	31.12.2023
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(49.476)	(973)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	122.536	(91.037)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(67.232)	71.077
Montante reconhecido no exercício em ORA	5.828	(20.933)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações intermediárias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

21.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2024
Trabalhistas (a)	45.095	13.427	(3.203)	3.582	(2.652)	56.249
Cíveis (b)	168.732	44.908	(16.629)	16.728	(22.347)	191.392
Regulatório (c)	35.038	14.984	(3.746)	1.003	(11.789)	35.490
Sub-total	248.865	73.319	(23.578)	21.313	(36.788)	283.131
Outros Provisões (d)	1.116	-	-	-	-	1.116
Total	249.981	73.319	(23.578)	21.313	(36.788)	284.247

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos regulatórios**Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2024 corresponde a R\$ 5.858, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 5.325 está classificado como possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2024 corresponde a R\$ 2.861.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2024 corresponde a R\$ 25.090. O processo está em discussão no âmbito judicial.

Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 30 de junho de 2024 é de R\$ 1.681. Até junho de 2024, a Companhia pagou R\$ 550 referentes às parcelas 14 a 19 do Auto de Infração, sendo R\$ 398 e R\$ 152 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 70 sobre o saldo do valor principal.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2024	31.12.2023
Trabalhistas (a)	160.005	154.318
Cíveis (b)	2.712.045	3.481.095
Fiscais (c)	1.479.304	1.302.731
Juizados especiais	21.838	17.698
Regulatórios	6.466	6.240
Total	4.379.658	4.962.082

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 21.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 23 ações previdenciárias que totalizam R\$ 39.731 em 30 de junho de 2024 (25 ações - R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2023).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

b.1) Reajuste tarifário 2022: Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a Companhia argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Em janeiro de 2024 as ações movidas por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire e Adriano Alves Pessoa tiveram desfecho favorável à companhia, sendo extintas sem análise de mérito, e nas demais ainda se aguarda a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b.2) IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa:** O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Em novembro de 2023 foi proferida sentença acatando parcialmente os pedidos iniciais para que seja impedida a inserção de perdas não-técnicas na tarifa, porém somente a partir do trânsito em julgado da decisão. Em janeiro de 2024 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, nos termos em que disposta (sem determinação de devolução de valores), o montante correspondente às perdas não-técnicas deverá ser excluído da tarifa nas futuras revisões tarifárias posteriores ao trânsito em julgado. Considerando o atual estágio do processo e o conteúdo da decisão, não é passível de se quantificar, no momento, os montantes relacionados ao caso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 esse processo estava avaliado no montante atualizado de R\$ 1.223.540, e diante do exposto, devido a movimentação processual o montante passou a ser inestimável, justificando parte da redução do saldo do total de causa cíveis. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.
- b.3) ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual:** a empreiteira, fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos da Companhia e também nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) que teria resultado em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo já encerrou a fase postulatória. Iniciada a fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.
- b.4) MPCE/DECON – Apuração das denúncias sobre falta de energia em vários Municípios durante o Reveillon:** O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE apurou denúncias sobre falta de energia em vários Municípios no Estado do Ceará, durante as festividades do ano novo em destinos turísticos do Estado. Após esclarecimentos da Companhia, em 25 de abril de 2024, houve decisão administrativa em 1º grau com aplicação de multa no valor de 1.728.000 UFIRCE (aproximadamente R\$ 9.935). A companhia apresentou recurso administrativo em 02 de maio de 2024, em que se aguarda decisão do órgão colegiado.
- b.5) MPCE/DECON – Apuração de violação à Resolução Normativa nº 1.000/2021 da ANEEL, além de diversos artigos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), bem como do contrato de concessão:** O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE, afirmou sobre a insatisfação dos consumidores da Concessionária por meio da má posição da empresa no ranking de reclamações fundamentadas do DECON, baixo desempenho na plataforma 'consumidor.gov.br' e várias ocorrências registradas com aplicação de diversas penalidades pela ARCE e ANEEL. Após esclarecimentos da Companhia, houve decisão administrativa em 1º e 2º grau, determinando o pagamento de 3.000.000 UFIRCE (aproximadamente R\$ 17.248). Finalizado o processo administrativo, em 20 de junho de 2024 fora protocolada ação anulatória em que a companhia aguarda decisão liminar para suspensão da multa até que o mérito seja discutido.

c) Processos fiscais

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluídos os novos, totalizam R\$ 1.225.585 em 30 de junho de 2024 (R\$ 1.050.665 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia obteve êxito definitivo em 7 autos relacionados aos itens (ii) e (vi) acima, com o cancelamento dos débitos no montante de R\$ 8.200.

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 55.318 e R\$ 5.676 em 30 de junho de 2024 (R\$ 62.131 e R\$ 5.508 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia obteve êxito em definitivo em um processo que discutia ISS em Fortaleza, com o cancelamento do débito houve uma redução de R\$ 8.900.

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 30 de junho de 2024 é de R\$ 110.182 (R\$ 105.908 em 31 de dezembro de 2023).

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 56.110 em 30 de junho de 2024 (R\$ 55.199 em 31 de dezembro de 2023).

21.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no período findo em 30 de junho de 2024 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
Trabalhistas	20.278	19.926
Cíveis	30.948	28.138
Fiscais	3.239	3.156
Total	54.465	51.220

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.388.347 em 30 de junho de 2024 (R\$ 1.282.347 em 31 de dezembro de 2023). Em 30 de abril de 2024, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 106.000, via capitalização de reservas de lucro, sem emissão de ações.

As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2024	31.12.2023
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2024 foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), pela acionista Enel Brasil S.A. O AFAC foi recebido integralmente em 20 e 26 de junho de 2024, sendo R\$ 170.000 e R\$ 410.580 respectivamente. De acordo com o instrumento particular de AFAC, firmado entre a Companhia e a Controladora Enel Brasil S.A, de maneira irrevogável e irretratável, a capitalização do montante total de R\$ 580.580 deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) em até 120 dias.

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Composição acionária

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,06%	13.695.402	45,97%	14.671.551	18,85%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, (nota explicativa nº 10).

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2024	30.06.2023
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	5.828	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(1.981)	-
Ganho (Perda) de instrumentos financeiros derivativos	957	(32.899)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	(325)	11.186
Total	4.479	(21.713)

23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	41.578	120.036	42.980	91.827
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	24.438	70.553	25.262	53.973
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.327	3.832	1.372	2.932
	67.343	194.421	69.615	148.732
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	0,8650	2,4972	0,8942	1,9104
Ação preferencial - Classe A	0,9169	2,6470	0,9478	2,0250
Ação preferencial - Classe B	0,9515	2,7469	0,9836	2,1014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Receita Líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) No trimestre

	01.04.2024 a 30.06.2024			01.04.2023 a 30.06.2023		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.622.050	1.469.123	992.687	3.487.238	1.346.603	888.843
Industrial	5.690	87.893	212.906	5.742	109.671	240.080
Comercial	183.355	357.328	410.798	182.341	366.342	408.307
Rural	403.829	229.615	177.715	527.780	258.687	178.750
Poder público	35.893	195.301	173.816	35.006	188.140	165.618
Iluminação pública	12.437	136.889	52.420	10.626	147.870	61.902
Serviço público	5.146	62.543	64.388	5.262	62.247	67.381
Suprimento e revenda	2	3.436	245	2	3.128	251
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.054.681)	-	-	(992.133)
Fornecimento faturado	4.268.402	2.542.128	1.030.294	4.253.997	2.482.688	1.018.999
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	(21.253)	-	-	(4.953)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	-	-	-	992.133
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.154	833.248	153.025	804	738.107	250.144
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.054.681	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(20.544)	-	-	(14.154)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.269.554	3.375.377	2.196.203	4.254.801	3.220.795	2.242.169
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	122.602	-	-	177.983
Subvenção baixa renda	-	-	127.144	-	-	100.743
Subvenção de recursos da CDE	-	-	67.554	-	-	34.701
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	-	-	-	-	-	122.242
Receita de construção	-	-	296.112	-	-	323.919
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-	(8.629)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	69.370	-	-	149.932
Outras receitas	-	-	43.253	-	-	64.885
Total outras receitas	-	-	480.831	-	-	721.292
Receita operacional bruta	4.269.554	3.375.377	2.677.034	4.254.801	3.220.795	2.963.461
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(421.633)	-	-	(396.405)
COFINS - corrente	-	-	(147.008)	-	-	(181.135)
PIS - corrente	-	-	(31.916)	-	-	(39.325)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(14.960)	-	-	(16.446)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(183.783)	-	-	(183.566)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	573	-	-	434
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.675)	-	-	(2.623)
ISS	-	-	(1.657)	-	-	(1.689)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(803.059)	-	-	(820.755)
Receita operacional líquida	4.269.554	3.375.377	1.873.975	4.254.801	3.220.795	2.142.706

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024
 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) No semestre

	01.01.2024 a 30.06.2024			01.01.2023 a 30.06.2023		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.622.050	2.954.496	1.502.428	3.487.238	2.628.532	1.325.857
Industrial	5.690	182.787	417.547	5.742	219.057	461.934
Comercial	183.355	718.567	832.841	182.341	721.431	797.560
Rural	403.829	511.333	377.880	527.780	545.806	367.510
Poder público	35.893	379.788	346.021	35.006	355.294	310.861
Iluminação pública	12.437	289.862	76.528	10.626	292.693	111.012
Serviço público	5.146	126.833	127.359	5.262	126.586	130.705
Suprimento e revenda	2	7.108	463	2	6.347	559
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.130.242)	-	-	(1.914.122)
Fornecimento faturado	4.268.402	5.170.774	1.550.825	4.253.997	4.895.746	1.591.876
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	505.260	-	-	442.779
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.130.242	-	-	1.914.122
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.154	1.591.779	290.570	804	1.412.342	250.144
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(37.287)	-	-	(27.149)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.269.554	6.762.553	4.439.610	4.254.801	6.308.088	4.171.772
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(233.366)	-	-	320.803
Subvenção baixa renda	-	-	254.852	-	-	192.185
Subvenção de recursos da CDE	-	-	160.499	-	-	104.899
Receita de construção	-	-	571.601	-	-	757.238
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	162.631	-	-	265.482
Outras receitas	-	-	87.182	-	-	111.374
Total outras receitas	-	-	1.003.399	-	-	1.751.981
Receita operacional bruta	4.269.554	6.762.553	5.443.009	4.254.801	6.308.088	5.923.753
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(847.275)	-	-	(767.871)
COFINS - corrente	-	-	(300.363)	-	-	(339.232)
PIS - corrente	-	-	(65.210)	-	-	(73.649)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(30.386)	-	-	(33.012)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(383.476)	-	-	(330.332)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	682	-	-	744
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(5.299)	-	-	(5.314)
ISS	-	-	(3.427)	-	-	(3.374)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.634.754)	-	-	(1.552.040)
Receita operacional líquida	4.269.554	6.762.553	3.808.255	4.254.801	6.308.088	4.371.713

25. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

a) No trimestre

	01.04.2024 a 30.06.2024					01.04.2023 a 30.06.2023						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(36.280)	-	(14.286)	-	-	(50.566)	(38.703)	-	(13.036)	-	-	(51.739)
Material	(6.233)	-	(433)	-	-	(6.666)	(10.281)	-	(963)	-	-	(11.244)
Serviços de terceiros	(148.178)	(3.646)	(16.264)	-	-	(168.088)	(171.145)	(5.286)	(18.039)	-	-	(194.470)
Energia elétrica comprada para revenda	(580.317)	-	-	-	-	(580.317)	(847.542)	-	-	-	-	(847.542)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(219.032)	-	-	-	-	(219.032)	(205.403)	-	-	-	-	(205.403)
Depreciação e amortização	(139.498)	-	(5.883)	-	-	(145.381)	(121.618)	-	(3.652)	-	-	(125.270)
Custo na desativação de bens	(1.920)	-	-	-	-	(1.920)	2.350	-	-	-	-	2.350
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(45.210)	-	(45.210)	-	-	-	(45.982)	-	(45.982)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(8.046)	-	(8.046)	-	-	-	(6.190)	-	(6.190)
Custo de construção	(296.112)	-	-	-	-	(296.112)	(323.919)	-	-	-	-	(323.919)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(33.475)	-	-	(33.475)	-	-	(24.651)	-	-	(24.651)
Outras despesas operacionais	(41.174)	-	(2.558)	-	676	(43.056)	(8.386)	-	(8.590)	-	(468)	(17.444)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	17.917	17.917	-	-	-	-	16.159	16.159
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	3.721	3.721	-	-	-	-	986	986
Subtotal	(1.468.744)	(3.646)	(72.899)	(53.256)	22.314	(1.576.231)	(1.724.647)	(5.286)	(68.931)	(52.172)	16.677	(1.834.359)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) No semestre

Custo do serviço	01.01.2024 a 30.06.2024					01.01.2023 a 30.06.2023					
	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(78.001)	-	(2.340)	-	(80.341)	(65.621)	-	(27.530)	-	-	(93.151)
Material	(18.549)	-	(1.108)	-	(19.657)	(32.854)	-	(1.207)	-	-	(34.061)
Serviços de terceiros	(299.990)	(6.837)	(33.247)	-	(340.074)	(345.696)	(6.650)	(24.916)	-	-	(377.262)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.197.071)	-	-	-	(1.197.071)	(1.668.279)	-	-	-	-	(1.668.279)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(443.927)	-	-	-	(443.927)	(413.387)	-	-	-	-	(413.387)
Depreciação e amortização	(283.093)	-	(8.930)	-	(292.023)	(237.040)	-	(9.203)	-	-	(246.243)
Custo na desativação de bens	(3.153)	-	-	-	(3.153)	(5.047)	-	-	-	-	(5,047)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(97.335)	(97.335)	-	-	-	(96.051)	-	(96,051)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(13.654)	(13.654)	-	-	-	(11,622)	-	(11,622)
Custo de construção	(571.601)	-	-	-	(571.601)	(757.238)	-	-	-	-	(757,238)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(46.511)	-	(46.511)	-	-	(33,229)	-	-	(33,229)
Outras despesas operacionais	(56.305)	-	(13,962)	-	(70,267)	(28,532)	-	(22,550)	-	(681)	(51,763)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	37,238	37,238	-	-	-	-	32,912	32,912
Outras receitas operacionais	-	-	-	3,774	3,774	-	-	-	-	1,257	1,257
Subtotal	(2.951.690)	(6.837)	(106.098)	(110.989)	40.590	(3.553.694)	(6.650)	(118.635)	(107.673)	33.488	(3.753.164)

25.1. Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

Custo com energia elétrica comprada para revenda

	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2023 a 30.06.2023
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	-	(800.049)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(67.990)	(68.237)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(889.331)	(608.906)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(61.366)	(68.168)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(73.164)	(69.276)
Cotas de garantia física	(176.093)	(184.545)
Risco Hidrológico	640	(4.229)
Outros	(39.227)	(21.518)
(-) Crédito de PIS e COFINS	109.460	156.649
Subtotal	(1.197.071)	(1.668.279)

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargo de uso do sistema de transmissão

	30.06.2024	30.06.2023
Rede básica	(325.794)	(283.136)
Encargos de conexão	(25.400)	(23.862)
(-) Crédito de PIS e COFINS	49.016	43.120
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(141.749)	(149.509)
Total	(443.927)	(413.387)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	4.686	7.306	6.455	19.429
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.962	29.333	16.479	33.774
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	12.449	38.603	(2.245)	41.043
Marcação a mercado da dívida	54.168	57.318	7.289	14.184
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(26.147)	-	1.191	7.108
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(1.323)	4.195	-	2.121
Juros fundo de pensão	5	9	5	10
Outras receitas financeiras	961	5.668	1.700	4.850
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.712)	(4.280)	(1.115)	(4.668)
Subtotal	58.049	138.152	29.759	117.851
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(1.384)	(4.137)	(3.805)	(7.925)
Variação monetária de debêntures	(9.011)	(38.387)	(18.924)	(53.454)
Encargos de dívidas	(63.010)	(110.169)	(45.126)	(85.573)
Juros debêntures	(72.897)	(157.219)	(65.922)	(124.924)
Encargos fundo de pensão	(2.614)	(5.229)	(2.138)	(4.276)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(8.410)	(35.909)	(5.810)	(46.797)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(11.134)	(21.313)	(25.606)	(38.886)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(24.815)	(50.305)	(6.261)	(12.035)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(14.461)	(34.360)	(37.619)	(83.640)
Dívida - Marcação a mercado	-	-	(7.520)	(13.167)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	5	10	20	48
Atualizações de impostos	(9.952)	(13.023)	(1.852)	(9.593)
Atualização P&D/PEE	(1.442)	(2.585)	(695)	(1.563)
IOF/IOC	(6.149)	(11.754)	(2.358)	(3.015)
Apropriação custo de transação	(3.922)	(8.593)	(1.923)	(3.322)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.388)	(2.719)	(1.359)	(2.213)
Juros em arrendamento	(1.796)	(3.097)	(1.171)	(2.438)
Outras despesas financeiras	(20.594)	(33.685)	(5.441)	(18.943)
Subtotal	(252.974)	(532.474)	(233.510)	(511.716)
Variações cambiais líquidas				
Variação cambial de dívidas	(94.109)	(122.974)	80.904	109.084
Variações cambiais de instrumentos financeiros	94.106	122.951	(79.601)	(108.675)
Variações cambiais de outras operações	(363)	(347)	(264)	605
Subtotal	(367)	(370)	1.039	1.014
Total do resultado financeiro	(195.292)	(394.692)	(202.712)	(392.851)

27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	01.04.2024 a 30.06.2024		01.01.2024 a 30.06.2024		01.04.2023 a 30.06.2023		01.01.2023 a 30.06.2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	(20.476)	(7.379)	(43.781)	(15.776)	(1.456)	(524)	(1.456)	(524)
Diferidos	(12.128)	(4.361)	(33.129)	(11.917)	(25.029)	(9.011)	(55.137)	(19.849)
Incentivo fiscal	9.234	-	20.484	-	-	-	-	-
Total	(23.370)	(11.740)	(56.426)	(27.693)	(26.485)	(9.535)	(56.593)	(20.373)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	102.451	102.451	278.538	278.538	105.635	105.635	225.698	225.698
Adições:								
Gratificação a administradores	340	340	845	845	186	186	441	441
Doações	247	247	307	307	140	140	242	242
Perdão de Dívida Inadotável	(181)	(181)	(182)	(182)	(2)	(2)	(2)	(2)
Multas inadotáveis	27.564	27.564	28.160	28.160	-	-	-	-
Outras despesas inadotáveis	0	0	(34)	(34)	(7)	(7)	(7)	(7)
Juros sob capital Próprio (JSCP)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das adições	27.970	27.970	29.096	29.096	317	317	674	674
Base de cálculo	130.421	130.421	307.634	307.634	105.952	105.952	226.372	226.372
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(32.599)	(11.738)	(76.908)	(27.687)	(26.482)	(9.536)	(56.581)	(20.373)
Incentivos fiscais	9.234	-	20.484	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	3	-	(1)	(5)	(24)	-	(24)	-
Total da despesa com tributos	(23.362)	(11.738)	(56.425)	(27.692)	(26.506)	(9.536)	(56.605)	(20.373)
Alíquota efetiva	22,81%	11,46%	20,26%	9,94%	25,07%	9,03%	25,07%	9,03%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Tributos diferidos ativos:						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	129.978	155.507	(25.529)	163.797	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	96.265	84.614	11.651	12.214	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	83.825	69.145	14.680	(149.652)	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	65.718	67.699	(1.981)	995	-	995
Instrumentos financeiros derivativos - PL	17.555	12.755	8.526	(22.636)	(3.560)	4.058
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.067	1.442	(375)	324	-	-
Outras provisões	70.828	67.087	3.741	8.946	-	-
Total dos diferidos ativos	467.041	460.054	10.713	13.988	(3.560)	5.053
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CI)	(1.339)	(1.354)	15	19	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(562.047)	(503.336)	(58.708)	(93.981)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	11.147	7.733	3.414	3.717	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(788)	(309)	(479)	1.271	-	-
Total dos diferidos passivos	(553.027)	(497.266)	(55.758)	(88.974)	-	-
Ativo/Passivo fiscal diferido, líquido	(85.986)	(37.212)	(45.045)	(74.986)	(3.560)	5.053
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-	-	-
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			(45.045)	(74.986)		

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia reconheceu benefício fiscal de R\$ 11.250 (R\$ 15.212 reconhecido em 31 de dezembro de 2023)

28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

28.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	30.06.2023
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a março de 2025	(101.077)	(100.830)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(65.105)	(64.357)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2024	(73.364)	(17.754)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(452)	(484)	(501)	-
Mútuo	Vide Nota 15	(1.474.563)	(415.209)	(50.105)	(28.771)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(34.832)	(23.023)	-	-
		(1.749.393)	(621.657)	(50.606)	(28.771)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



28.2. Empresas em controle comum

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	30.06.2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		-	(110.146)	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão		(110.146)	-	-
Prestação de serviços de desenvolvimento		(13.671)	(971)	808	489
Gridspertise Latam S.A.	Novembro de 2018 a	(13.588)	(189)	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2023	(83)	(782)	808	489
Multa contratual		(310)	(310)	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(310)	(310)	-	-
Suprimento de energia - CCEAR		(7.460)	(3.318)	(40.220)	(14.125)
ENEL Green Power Projetos I S.A.		(864)	(885)	(5.248)	(5.055)
ENEL Green Power Paranapanema		(101)	(104)	(613)	(589)
ENEL Green Power Mourão		(28)	(29)	(172)	(166)
EGP Santa Angela 04		(84)	(80)	(321)	(300)
EGP Santa Angela 19		(77)	(74)	(294)	(275)
EGP Santa Esperança 13		(69)	(56)	(209)	(198)
EGP Santa Angela 05		(89)	(85)	(340)	(318)
EGP Santa Angela 08		(81)	(78)	(310)	(290)
EGP Santa Angela 03		(88)	(84)	(335)	(314)
EGP Santa Angela 11		(72)	(69)	(276)	(258)
EGP Santa Angela 07		(65)	(62)	(246)	(230)
EGP Santa Angela 06		(90)	(86)	(342)	(321)
EGP Santa Angela 15		(84)	(81)	(322)	(301)
EGP Santa Angela 14		(76)	(73)	(290)	(271)
EGP Santa Angela 09		(79)	(76)	(304)	(284)
EGP Santa Angela 17	Até o final da concessão	(83)	(80)	(316)	(296)
EGP Santa Angela 21		(76)	(73)	(291)	(272)
EGP Santa Angela 1		(49)	(83)	(330)	(309)
EGP Santa Angela 2		(90)	(86)	(341)	(320)
EGP Santa Angela 10		(43)	(73)	(292)	(273)
EGP Santa Angela 20		(87)	(83)	(330)	(309)
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(84)	(81)	(312)	(294)
EGP Santa Esperança 15		(68)	(54)	(206)	(195)
EGP Santa Esperança 17		(31)	(51)	(195)	(184)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(119)	(128)	(430)	(408)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(69)	(75)	(288)	(273)
ENEL Green Power Salto Apicacas S.A.		(196)	(211)	(710)	(673)
ENEL Trading Brasil SA		(4.190)	-	(25.350)	-
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(171)	(153)	(626)	(596)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(159)	(165)	(581)	(553)
Encargo de uso do sistema de transmissão		-	-	-	(1.103)
ENEL CIEN S.A.	Março de 2023	-	-	-	(1.103)
Mútuo		(521.347)	(523.574)	(33.797)	(10.291)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(521.347)	(523.574)	(33.797)	(10.291)
Reembolso expatriados		608	(1.168)	295	327
ENEL SPA		1.198	882	201	61
Enel Colombia S.A. E.S.P		(86)	(78)	-	-
ENEL Itália		-	(96)	-	-
ENEL AMERICAS	Até o final da concessão	-	(1.088)	-	51
Enel Global Services S.r.l.		917	552	251	257
Enel Grids S.r.l.		(1.421)	(1.340)	(157)	(42)
Venda de ativo imobilizado		(9.977)	(9.977)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2024	(9.977)	(9.977)	-	-
Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM		(848)	(765)	-	-
Enel Iberia SRL		(848)	(765)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		(8.222)	(8.051)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(5.715)	(5.544)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	819	819	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		(561.227)	(658.280)	(72.914)	(24.703)
	(-) Benefícios pós-emprego		110.146	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(561.227)	(548.134)	(72.914)	(24.703)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da (nota explicativa nº 15).

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2024 a 30.06.2024	30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	30.06.2023
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.009	2.207	809	1.821
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	34	17	34
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	59	119	187	372
Total	1.085	2.360	1.013	2.227

29. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

29.1. Instrumentos financeiros

29.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rúbrica	Categoria	Nível*	30.06.2024		31.12.2023		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	179.333	179.333	96.665	96.665	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	100.653	100.653	97.925	97.925	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	20.723	20.723	19.715	19.715	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.019.568	2.019.568	2.070.244	2.070.244	
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	(107.572)	(107.572)	28.984	28.984	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	34.377	34.377	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	65.951	65.951	84.843	84.843	
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	6.626.605	6.626.605	6.113.012	6.113.012	
Total do ativo			8.939.638	8.939.638	8.511.388	8.511.388	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.180.157	2.157.524	1.142.643	1.126.529	
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.559.142	950.000	3.020.011	3.047.766	
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	687.194	687.194	722.292	722.292	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	587.223	572.154	629.053	604.627	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	385.528	385.528	341.482	341.482	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	10.769	10.769	86.127	86.127	
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	7.356	7.356	44.040	44.040	
Arrendamentos	Custo amortizado	2	48.038	48.038	37.074	37.074	
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	243.288	243.288	109.098	109.098	
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.123.571	1.123.571	1.124.361	1.124.361	
Total do passivo			6.832.266	6.185.422	7.256.181	7.243.396	

* Conforme detalhado na nota explicativa 23.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2024 são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000

A movimentação é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022

	Derivativos
	(103.749)
Efeito no resultado financeiro	(192.315)
Marcação a mercado no resultado	(2.806)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.934)
Pagamento de juros	132.654
Recebimento de principal	(21.214)
Pagamento de principal	33.495

Saldo em 30 de junho de 2023**(165.869)****Saldos em 31 de dezembro de 2023****(45.324)**

Efeito no resultado financeiro	92.785
Marcação a mercado no resultado	(50.307)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	10.472
Pagamento de juros	56.630
Pagamento de principal	17.947

Saldo em 30 de junho de 2024**82.203**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 30 de junho de 2024 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Resultado financeiro	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(8.664)	(7.302)	(1.361)	-	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	32.271	29.953	2.318	-	271.700	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	17.284	15.994	-	1.290	200.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	12.963	11.996	-	967	150.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pactual	21.595	20.008	-	1.587	250.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 23.09.22 Scotiabank V	5.339	12.527	-	(7.188)	230.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 21.11.22 Scotiabank VI	1.415	3.814	-	(2.399)	130.000	Valor justo por meio do Resultado
Total	82.203	86.990	957	(5.743)	1.989.950	

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2024.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir, posição em 30 de junho de 2024:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Sumitomo	USD + 2,1257%	277.384	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(276.536)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	285.199	Cashflow hedge
		8.663	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	309.840	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(312.855)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	280.584	Cashflow hedge
		(32.271)	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	687.194	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(215.590)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	198.306	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(161.692)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	148.729	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(262.283)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	240.687	Fair value hedge
		(51.843)	
Scotiabank V	USD + 5,45%	250.097	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(246.040)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	240.701	Fair value hedge
		(5.339)	
Scotiabank V	USD + 5,45%	135.431	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(133.234)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	131.820	Fair value hedge
		(1.414)	

29.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

29.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio são a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos Risk Owners (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2024 é:

	Nota	30.06.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	179.333	96.664
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	100.653	97.925
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.019.568	2.070.244
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	-	28.984
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	6.626.605	6.113.012
Total de exposição		8.926.158	8.406.829

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2024	31.12.2023
AAA	191.049	100.389
AA+	39.365	44.774
Total geral	230.414	145.163

Contas a receber de clientes e outros recebíveis	30.06.2024	31.12.2023
AA-	2.019.567	2.070.244
Total geral	2.019.567	2.070.244

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.06.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	3.152.908	2.113.178
Debentures (nota 16)	2.246.336	3.742.304
Instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	(82.203)	45.324
Dívida	5.317.041	5.900.806
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(179.333)	(96.664)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(100.653)	(97.925)
Dívida líquida (a)	5.037.055	5.706.217
Patrimônio líquido (b) (nota 22)	4.976.906	4.191.145
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	50%	58%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2024 é de 50% (58% em 31 de dezembro de 2023), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despachos Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil, no montante de R\$ 1.475.563, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia não deve apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa próprio ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou à sua Holding Enel Brasil. A Companhia apresenta baixo risco de crédito e conta com nota de crédito máxima emitida pela Fitch – AAA (bra).

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 30 de junho de 2024, o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante era de R\$ 521.347, também com possibilidade de refinanciamento.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2024						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	-	6.915	293.958	407.147	-	708.020
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.851	19.026	349.090	145.114	27	517.108
Debêntures	56.828	(292)	697.961	1.257.419	762.347	2.774.263
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	1.543.353	534.588	-	-	2.077.941
Total	60.679	1.569.002	1.875.597	1.809.680	762.374	6.077.332

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2024						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	-	11.463	31.537	127.152	(12.572)	157.580
Total	-	11.463	31.537	127.152	(12.572)	157.580

b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, USD SOFR e TJLP).

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía a seguinte exposição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2024	%	31.12.2023	%
Selic	139	0,17%	100.389	0,17%
CDI	279.847	99,83%	44.774	99,83%
Total	279.986	100,00%	145.163	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2024	%	31.12.2023	%
IPCA	6.626.605	100,00%	6.113.012	100,00%
Total	6.626.605	100,00%	6.113.012	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2024	%	31.12.2023	%
Taxa fixa	(12.060)	-0,23%	(12.567)	-0,21%
TJLP	253	0,00%	275	0,00%
CDI	4.805.305	90,38%	4.769.671	80,83%
IPCA	526.559	9,90%	1.141.356	19,34%
USD SOFR	(3.016)	-0,06%	2.070	0,04%
Total	5.317.041	100,00%	5.900.805	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2024 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Jun.2024		
		30.06.2024	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	100.389	-	-	-
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	44.774	601.520	451.140	2.203
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	6.113.012	363.134	272.351	181.567
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	1.526.026	143.707	174.341	204.317
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(639.565)	(69.364)	(76.835)	(84.227)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(655.810)	(82.663)	(190.401)	(279.928)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(312.855)	(21.822)	(26.557)	(31.292)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(19.162)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	662.912	83.835	193.067	283.835
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	253	19	23	27
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	3.279.277	208.211	234.244	273.924
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.166.124	113.180	126.124	138.931
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	309.839	21.822	26.557	31.292
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
			1.361.579	1.184.054	720.649

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº. 15 e 16.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Sumitomo 4131 - COELCE	14.311	35.405	21.094	52.933	38.622
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(14.267)	(35.296)	(21.029)	(52.771)	(38.504)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	10.580	12.831	2.251	15.034	4.454
CITIBANK 4131 - COELCE	21.822	26.557	4.735	31.292	9.470
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(21.822)	(26.557)	(4.735)	(31.292)	(9.470)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	23.887	28.949	5.062	33.904	10.017
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	74.530	82.557	8.027	90.500	15.970
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(23.382)	(25.900)	(2.518)	(28.392)	(5.010)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	22.041	26.856	4.815	31.567	9.526
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(17.536)	(19.425)	(1.889)	(21.294)	(3.758)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	16.531	20.142	3.611	23.675	7.144
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(28.446)	(31.510)	(3.064)	(34.541)	(6.095)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	26.631	32.475	5.844	38.193	11.562
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	45.101	102.277	57.176	149.789	104.688
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(44.369)	(100.618)	(56.249)	(147.359)	(102.990)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	28.649	34.498	5.849	40.220	11.571
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	24.423	55.385	30.962	81.113	56.690
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(24.027)	(54.486)	(30.459)	(79.797)	(55.770)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	15.388	18.590	3.202	21.724	6.336
Total	150.045	182.730	32.685	214.498	64.453

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 30 de junho de 2024, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2024.

	30.06.2024
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	972.753
Exposição patrimonial	972.753
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(968.665)
Exposição líquida	4.088

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.398.693 em 2024, R\$ 2.641.457 em 2025, R\$ 2.636.573 em 2026, R\$ 2.327.870 em 2027 e R\$ 2.294.058 em 2028 e R\$ 36.734.351 após 2028.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente em 30 de junho de 2024, que foram homologados pela ANEEL.

31. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	7.446.940	5.263.860
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	-	100.860
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2023	10/11/2024	-	73.489
-	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

32. Informações complementares às informações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.06.2024	30.06.2023
Compensações de PIS e COFINS (nota 19)	(145.669)	(257.512)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2024	30.06.2023
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(252.333)	(147.461)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(10)	(48)
	(252.343)	(147.509)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2024	31.12.2023	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Adiantamento para futuro aumento de capital	580.580			
Captação de Debêntures	-	2.100.000	16	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	1.025.692	991.531	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(1.613.756)	(2.018.178)	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(8.696)	(11.583)		
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(17.947)	(220.172)	29	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamentos de dividendos	-	(173.659)		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(34.127)	667.939		

33. Eventos Subsequentes

33.1 Anuência Mútuos Partes Relacionadas

Em 01 de julho de 2024 a Aneel anuiu novo limite para a realização de mútuos com partes relacionadas através do Despacho de Nº 1.951/2024, no valor de até R\$ 3.000.000.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF N° 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais – ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024.

Fortaleza, 24 de julho de 2024.

Diretor-Presidente - José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Compras - VAGO

Diretor de Comunicação - Damian Popolo

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles d' Capdeville

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Regulação - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - Damian Popolo

Diretor Jurídico - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF N° 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais – ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024.

Fortaleza, 24 de julho de 2024.

Diretor-Presidente - José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Compras - VAGO

Diretor de Comunicação - Damian Popolo

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles d' Capdeville

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Regulação - VAGO

Diretor de Relações Institucionais - Damian Popolo

Diretor Jurídico - Ana Claudia Gonçalves Rebello